

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**DAIANE DE SOUZA MARÇAL**

**O CAMINHO DA LIBERDADE É A PRÓPRIA LIBERDADE:  
A *REVISTA LIBERAL* E SUAS ESTRATÉGIAS EDUCACIONAIS  
EM PORTOALEGRE (1921-1923)**

Porto Alegre, 2011

**DAIANE DE SOUZA MARÇAL**

**O CAMINHO DA LIBERDADE É A PRÓPRIA LIBERDADE:  
A *REVISTA LIBERAL* E SUAS ESTRATÉGIAS EDUCACIONAIS  
EM PORTO ALEGRE (1921-1923)**

Trabalho de Conclusão de Curso realizado como exigência parcial para a obtenção do grau de Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação do Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt.

Porto alegre, 2011

## Resumo

Esta pesquisa trata de uma experiência de educação libertária no seio movimento operário do Rio Grande do Sul durante a Primeira República. Traçamos a atuação da *Revista Liberal* (enquanto veículo formativo), periódico anarquista que teve como principal objetivo promover a educação entre o operariado. Expusemos, então, as estratégias utilizadas pelos editores da *Revista* para sustentar as práticas libertárias no campo educacional. Assim como, de que forma se entendeu essas estratégias como táticas de luta em uma conjuntura delicada e especialmente adversa a atuação anarquista neste país.

**Palavras-chave:** educação libertária, anarquismo, movimento operário, imprensa.

## Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>05</b>
<b>1. A trajetória do movimento operário no Rio Grande do Sul na década de 1920 .....</b>	<b>12</b>
1.1 A ação do governo: as diversas facetas do poder estatal .....	15
1.2 O avanço do socialismo comunista e as relações de poder na disputa pelo movimento operário .....	18
1.3 A persistência do anarquismo .....	22
<b>2. A imprensa anarquista no Rio Grande do Sul e o lugar da <i>Revista Liberal</i> .....</b>	<b>26</b>
2.1 A incansável luta de Polydoro Santos .....	27
2.2 A Revista Liberal e o projeto de reorganização do movimento operário .....	30
2.3 Educação anarquista e Imprensa: uma estratégia política .....	34
<b>3. Ação direta: a <i>Revista Liberal</i> e sua atuação político-pedagógica .....</b>	<b>38</b>
3.1 O combate ao clericalismo e ao ensino obrigatório .....	39
3.2 O ensino racionalista como elemento de luta no movimento operário .....	45
3.3 O conhecimento como via de emancipação social .....	52
<b>Considerações finais .....</b>	<b>57</b>
<b>Fontes e Bibliografia .....</b>	<b>59</b>

## Introdução

A história do movimento operário no Rio Grande do Sul, sobretudo a das duas primeiras décadas do século vinte, tem sido bastante problematizada pela historiografia. No que tange os anos vinte, contudo, existe uma carência dessa análise específica para o estado.

Na década de 20, o movimento operário começa a modificar o seu caráter, o que se revela na perda gradativa da proeminência do anarquismo por determinações políticas externas a ele – ação repressiva do governo –, mas também internas – introdução do socialismo comunista. Nesse contexto, buscamos investigar a ação do grupo editorial da *Revista Liberal* e suas estratégias educativas, compreendendo a época não como um período de passividade e de concessões dos trabalhadores aos acordos governamentais ou de decadência do anarquismo (como superficialmente tem sido analisado), mas sim como uma década de grandes transformações e de muita atividade no movimento operário.<sup>1</sup> Especialmente no Rio Grande do Sul, e diferentemente do Rio de Janeiro e São Paulo, a influência libertária permanece até o final da década de vinte. A título de exemplo, temos em Porto Alegre a realização de frequentes congressos operários organizados pela Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS). Diante de uma conjuntura adversa ao movimento operário, a FORGS realiza, em 1920, na cidade de Porto Alegre, o 2º Congresso Operário. Ele tem como um de seus principais objetivos a reorganização do operariado no estado. Nesse período surge a *Revista Liberal* com uma aparente ligação com este movimento de reorganização do operariado.

Na história da ação política do anarquismo e de suas estratégias de transformação social, a educação cumpre um papel de fundamental importância. Sua teorização se organiza em uma pedagogia específica, e sua aplicação vai muito além dos meios formais de educação, passando pelas bibliotecas libertárias, pelos centros culturais alternativos, até chegar aos sindicatos. Dentro dessa mesma perspectiva, a imprensa operária não é tida apenas como um veículo de informação, mas sim como um importante mecanismo de formação dos trabalhadores. Levando em conta que a principal forma de luta dos anarquistas é a ação direta, sua manifestação ocorre principalmente pela propaganda e pela educação, ambas voltadas às massas no sentido de despertá-las para as contradições sociais, assim como para alertá-las da necessidade da participação de cada indivíduo no processo de

---

<sup>1</sup> Sobre a permanência da influência anarquista na década de 20 ver PETERSEN, 2000, p.06.

revolução social.<sup>2</sup> A educação para os anarquistas se coloca como central num processo revolucionário, pois esse, na sua concepção, só será possível ante o desejo de cada indivíduo que vive sob opressão social de querer revolucionar a ordem vigente. A liberdade é o objetivo a ser alcançado pela revolução, mas somente se o caminho for trilhado pela própria liberdade.<sup>3</sup>

É sob este prisma que analisaremos o periódico, no sentido de compreender quais são as formas de abordagem do tema da emancipação social, e se havia ligações desse com outros textos anarquistas e com outras ações do movimento (congressos, greves etc.), com a finalidade de responder o questionamento central deste trabalho: *quais as estratégias utilizadas pelos editores da Revista Liberal para sustentar as práticas libertárias no campo educacional em uma conjuntura especialmente adversa à atuação anarquista?*

Como dito acima, no Rio Grande do Sul, houve a permanência da atuação anarquista até o final da década de 20. Diferente do restante do país, embora perseguido, o pensamento e a ação libertárias não sofreram aqui o mesmo grau de repressão aniquiladora dos demais estados.<sup>4</sup>

O contexto brasileiro da década de 1920 nos coloca diante de uma luta pela emancipação social pretendida pelos trabalhadores. Uma luta em que as forças de diferentes grupos da sociedade estão em disputa. Frente a uma acirrada pressão governamental no sentido de dismantelar os trabalhadores, enquanto grupo que se organiza em torno de seus interesses, busca-se a reorganização deles em torno da causa operária. É neste momento que se insere a *Revista Liberal* e sua forma de luta, que está voltada para o campo da educação dos trabalhadores.

Partindo do pressuposto de que o conhecimento é essencialmente político e que o saber e o poder estão interligados, almejamos compreender as formas de libertação propostas pelos anarquistas da *Revista Liberal*. Para tal análise, buscamos nas elaborações teórico-metodológicas de Michel Foucault apoio para essa discussão, assim como em algumas formulações relativas ao conceito de educação. Sobre este último, perpassamos por aproximações que se faz, no campo pedagógico, das ideias de Foucault. E, finalmente, chegamos ao entendimento que se tem de uma educação libertária.

---

<sup>2</sup> GALLO, 2005, p.89.

<sup>3</sup> MORIYÓN, 1989, p. 07.

<sup>4</sup> LONER, 2001, p. 65.

Para a elaboração que nos propomos é fundamental, além do conceito de educação, esclarecer o de poder e o de saber. Dessa maneira, é essencial que entendamos o poder não como algo unitário que alguém ou alguma instituição possua, mas sim como uma relação. O poder não existe sozinho, só pode ser compreendido no seu exercício. É algo que todos os indivíduos exercem e sofrem, pois ele permeia todo tipo de relação social.<sup>5</sup>

Ao analisarmos o projeto da *Revista Liberal*, que nos parece prever a emancipação através do saber, do conhecimento de si e do mundo, precisamos entender que tal saber é um componente das relações de poder. Sendo o saber uma verdade instituída por um exercício de poder<sup>6</sup>, queremos compreender como o exercício de educar ou de autoeducar-se pode ser uma forma de contra-poder, ou seja, de resistência.<sup>7</sup> Por meio desse entendimento, buscamos, enfim, descobrir se, dentro de um tecido relacional, permeado por relações de poder, encontramos na busca pelo saber uma forma de resistência<sup>8</sup>.

Muitos autores fazem uma análise da educação aproximando-a das considerações de Foucault, em que se verifica essa relação poder-saber. Nessa perspectiva, “a educação assume um papel nos processos de estabelecimento dos arranjos modernos dos saberes”<sup>9</sup>. Tal saber proferido tem caráter histórico, constituído pela experiência humana; tem o papel de formular e moldar o mundo para que entendamos seu sentido. É o saber estabelecido como verdade, aquele “ensinável”, o que toma forma dentro de uma relação de poder. Uma microrrelação de poder age na produção de almas, de ideias e do próprio saber, não assumindo uma forma violenta, mas uma forma positiva.<sup>10</sup> Segundo Neto, o saber “age de modo que aquele que se submete a sua ação o receba, aceite e tome como natural, necessário”.<sup>11</sup>

A metodologia criada por Foucault para estudar o poder também nos auxilia a pensar a educação, pelo menos no seu caráter formal: ao analisarmos o conceito de disciplina e sua ambiguidade, verificamos que ela tanto pode ser definida como um campo de saber quanto um mecanismo político de controle. Em outras palavras, disciplinar é tanto classificar as

---

<sup>5</sup> Para melhor entendimento destas idéias, ver FOUCAULT, 1979.

<sup>6</sup> FOUCAULT, 1979, p.13.

<sup>7</sup> GALLO, 2004.

<sup>8</sup> FOUCAULT apud. GALLO, 2004, p.90.

<sup>9</sup> NETO, 2004, p.154.

<sup>10</sup> Não se deve entender aqui “positiva” como algo benéfico. Apenas como forma não violenta, mais fácil de ser aceita pela sociedade.

<sup>11</sup> NETO, 2004, p.143.

ciências, quanto domesticar os corpos e as vontades. O saber, portando, instrumentaliza as relações desiguais de poder, quando monopolizado pela parte dominante da sociedade.<sup>12</sup>

A partir desse entendimento, pudemos empreender uma análise das estratégias da *Revista Liberal*, calcada no seu caráter educativo, que está dentro de um campo de disputa política com o Estado e com as verdades instituídas. Nossa intenção foi indagar como ela se manifestou nesse campo, como se utilizou dessa relação de poder-saber em prol da causa operária, pela perspectiva do ideário anarquista.

Ainda seguindo a aproximação feita pela Pedagogia do referencial de Foucault, buscamos uma análise contemporânea da educação anarquista. Nesse sentido, Silvio Gallo, ao fazer uma análise das possibilidades da educação anarquista na atual sociedade, expõe:

(...) se o lugar do poder é também o lugar do saber, ao criar novos lugares de saber, estará se criando também novos lugares de poder, que embora circunscritos e subordinados àquele poder central, são sempre um foco de possível ameaça, posto que podem rebelar-se contra esse poder central (...).<sup>13</sup>

A partir desse enunciado, o autor nos confirma que, segundo Foucault, o poder se sustenta no saber, logo, a socialização do saber é um dos caminhos que leva à socialização do poder. Afinal, afirmar que o poder é uma rede de relações não significa dizer que essa rede seja igualitária.

Pelo considerado até então, buscamos na *Revista Liberal* não apenas a principal fonte dessa pesquisa, mas sim o seu objeto. Para analisá-la, são necessárias algumas considerações. Esta tipologia de fonte já é consagrada para a construção do conhecimento histórico, no entanto, alguns cuidados devem ser levados em conta a fim de alcançarmos uma crítica rigorosa e não correremos o risco de “ir buscar num periódico precisamente aquilo que queremos confirmar, o que em geral acontece quando desvinculamos uma palavra, uma linha ou um texto inteiro de uma realidade”.<sup>14</sup> Para isso, se adotará a metodologia de análise textual comparada, quando possível, com outros documentos relativos ao movimento operário.

Levando em consideração os apontamentos de Michel Foucault no que diz respeito ao discurso, sabemos que ele é uma produção controlada, selecionada, organizada e

---

<sup>12</sup> GALLO, 2004, p. 89.

<sup>13</sup> GALLO, 1995, p.61.

<sup>14</sup> LUCA, 2005, p. 117.



redistribuída.<sup>15</sup> Dessa forma, o que chega aos leitores é exatamente aquilo que se pretende, esse é o ponto central de nossa análise. Tal discurso está dentro de uma relação de poderes com outros discursos, distante de uma neutralidade; além disso, não é somente aquilo que manifesta, sendo também um objeto de desejo. Não sendo somente a tradução das lutas do sistema, mas aquilo pelo que se luta, o discurso é carregado do interesse de quem o produz e, nesse caso, do interesse que se julga ser o do operariado. Ele é constituído por uma determinada vontade de verdade<sup>16</sup> que exerce pressão sobre outros discursos. Da prática à formação do discurso existe um caminho que busca afirmação e justificação, caminho que revela a vontade de se tornar verdade. O que os discursos revelam é uma disputa de verdades, que estão dentro do jogo das relações de poder de forma desigual: “os discursos permeiam a sociedade e existe um desnivelamento entre eles”.<sup>17</sup> É nessa disputa que entendemos todo o corpo textual da *Revista Liberal*, que tenta se afirmar como verdade. Seus discursos passam por meios de exclusões externas, que são operacionalizadas pelos discursos dominantes e que mantêm o desnivelamento.

Assim, partimos da premissa elaborada por Foucault de que “todo o sistema de educação é uma maneira política de manter ou modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo”,<sup>18</sup> para entendermos como os editores, através do seu discurso, se encontram inseridos na luta pela emancipação do proletariado. Sendo o discurso a “reverberação de uma verdade nascendo”,<sup>19</sup> pretendemos analisá-lo de forma a compreender essa verdade como uma proposta de exercício político-educacional, que se posiciona contra a realidade posta aos trabalhadores, ao mesmo tempo que sugere outra.

Para que não haja mal entendidos, gostaríamos de deixar manifesto que, embora utilizemos alguns conceitos elaborados por Foucault como subsídio a nossa análise, essa pesquisa não pretende ser uma investigação histórica nos moldes foucaultianos, ou seja, não se baseia em toda a proposta epistemológica do pensador. Portanto, esta não é uma história do pensamento, das ideias ou do conhecimento pedagógico anarquista. Encontramos os limites deste trabalho em sua singela pretensão de compreender de que maneira um determinado

---

<sup>15</sup> FOUCAULT, 2003, p. 09.

<sup>16</sup> Essa vontade de verdade é o caminho percorrido para a formação dos discursos: “Ora, essa vontade de verdade, (...), é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas, como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas (...)”. FOUCAULT, 2003, p. 17.

<sup>17</sup> FOUCAULT, 2003, p. 22.

<sup>18</sup> Idem, p. 44.

<sup>19</sup> Ibidem, p. 49

grupo, num determinado lugar e tempo, se manifestou de forma a “driblar” as barreiras então colocadas para manter a sua existência e levar adiante seu projeto de transformação da sociedade. Mas, se em muitos aspectos nos afastamos da história pretendida por Foucault, por examinarmos a ação de sujeitos históricos, em outros nos aproximamos, quando focamos as relações entre poder e saber, e as construções discursivas. Não estamos, aqui, tentando fazer uma história de “fantasmas” ou mesmo tentando contar o que realmente aconteceu. Ao contrário disso, o que pretendemos não é homogeneizar a análise, tampouco realizar uma pesquisa sobre a educação libertária em Porto Alegre. O nosso foco é, especialmente, sobre uma experiência: de que forma ela se apresentou, qual a intenção manifesta em seu discurso e as diferentes relações que possibilitaram a construção desse discurso.

Não perdendo de vista o tratamento adequado que se deve dar ao periódico, como fonte de pesquisa histórica, pretende-se fazer uma *leitura intensiva*<sup>20</sup> desta revista, sem “desconsiderar a defasagem que existe entre a formulação do discurso inscrito no periódico em relação a nossa experiência de leitura”.<sup>21</sup> Assim, considera-se, para fins de análise, o distanciamento temporal da produção do periódico, inserido em determinado contexto político, econômico, social e cultural, o qual responde às necessidades do contexto em que surge.

No primeiro capítulo desta monografia, procuramos compreender a atuação do movimento operário no Rio Grande do Sul nos anos de 1920 e suas estratégias de resistência. Analisamos, então, a ação do governo e as diversas facetas do poder estatal, assim como o avanço do socialismo comunista enquanto força em disputa no seio do movimento dos trabalhadores e, por último, a persistência do anarquismo frente à conjuntura em questão. No segundo capítulo, investigamos como a imprensa anarquista no RS se apresentou como uma possibilidade, entre outras, no campo da educação. Para tal, perpassamos pela história de luta de Polydoro Santos, destacado militante anarquista e editor da *Revista Liberal*; buscamos entender, ainda, como o periódico se articulou com o projeto de reorganização do movimento operário e, finalmente, tentamos demonstrar como a educação anarquista e a imprensa se articularam como uma estratégia política. No terceiro e último capítulo, apresentamos como a *Revista Liberal* se relacionou político-culturalmente com o movimento operário no contexto dos primeiros anos da década de 20, investigamos sua ação específica no projeto de reorganização do operariado, diante de uma conjuntura adversa à ação anarquista. Nesse

---

<sup>20</sup> “Ler intensivamente é o que acontece com leitores cujo tempo da experiência da leitura não corresponde ao tempo do jornal”. ELMIR, 1995, p. 22.

<sup>21</sup> ELMIR, 1995, p. 22.

sentido, examinamos quais os princípios pedagógicos libertários foram difundidos pela *Revista*, a fim de compreender de que forma seu projeto se posicionou frente a outras propostas educacionais da época. E, por fim, procuramos abarcar como este veículo buscou, através da difusão do saber, uma forma de emancipação social, política e cultural.

## 1. A trajetória do movimento operário no Rio Grande do Sul na década de 1920

“O operariado e a ‘revolução’

Vivemos num ambiente de revolução política. (...). Há quem estranhe a atitude de neutralidade ou de indiferentismo do operariado diante de um fato que empolga todas as demais classes sociais. Como? Os operários que são revolucionários por excelência - grevistas, sindicalistas, anarquistas - e não se levantam também a tomar parte na revolução? Os que acham incoerência na atitude do operariado organizado diante da atual revolução política desconhecem a orientação operária, as suas aspirações, as suas lutas, o seu ideal, já sobejamente definidos nos debates dos seus congressos e nos programas das suas associações.

Havia outrora um significado, uma razão de ser para as revoluções políticas, quando estas representavam para os povos a mudança de regime - abolição da escravatura, queda do feudalismo, do direito divino, do regalismo - e, conseqüentemente, uma evolução moral refletindo-se na constituição econômica dos Estados. Hoje, com o princípio vitorioso da democracia, derruindo para o passado a teocracia e o regalismo, as lutas políticas assumem o caráter de insanidade sob o ponto de vista social, pois em última análise, nada mais significam elas que os interesses particulares de partidos, as ambições de dois ou mais bandos que se deglutiam pela posse ou conservação do poder, sem nenhuma outra preocupação senão a de, sob a capa do bem público, proteger os respectivos apaniguados. Compreendendo que a permuta de partidos no poder nenhuma influência tem na solução do problema econômico que asfixia os povos e que os operários, conscientes de seu valor e de sua situação social, afastam-se das lutas políticas, só se aproximando do poder para o combater, para o destruir como elemento de retardamento da evolução e perturbador do pacífico progresso dos povos. A organização operária, as suas lutas, tendem para a abolição dos privilégios econômicos e capitalísticos que sustentam uma sociedade vacilante, baseada na injusta exploração das maiorias trabalhadoras pelas minorias parasitárias. É a estrutura econômica, de que o Estado é o expoente, que visam as lutas do operariado moderno; é o problema econômico que lhe preocupa porque aí é que está a solução de todas as questões sociais que perturbam os povos contemporâneos. (...) Passado o temporal político, qualquer que seja o triunfador este estará ao lado dos exploradores do povo, dos capitalistas, dos açambarcadores, dos argentários e contra os trabalhadores, cujas aspirações de justiça social continuarão a ser perigosas doutrinas passíveis de repressões ferozes.

Eis aí o indiferentismo das organizações operárias diante da revolução política. É que os trabalhadores são partidários de uma revolução com a qual não está de acordo nenhum partido político, porque essa revolução, que já se vem operando através de conquistas operárias por toda parte, visa o bem-estar e a liberdade de todos sem nenhum privilégio de classe ou de partido.”<sup>22</sup>

Encontramos nas palavras acima, retiradas da *Revista Liberal* de abril de 1923, um discurso que busca (re)afirmar a posição da militância anarquista, que em nada se identifica com as organizações partidárias e tampouco pretende um envolvimento nas disputas políticas do período. Mas, além de um posicionamento definido diante da chamada “Revolução de 1923”, o que mais poderíamos aferir desse discurso? Se tomarmos o discurso como algo construído por uma vontade de verdade, entenderemos que cada posição afirmada tem por fim tornar-se realidade. As palavras organizadas em forma de artigo não apenas nos transferem, imediatamente, para a conjuntura política do Rio Grande do Sul no ano de 1923, como nos

---

<sup>22</sup> REVISTA LIBERAL, Porto Alegre, abril de 1923, p.14.

apresentam um desejo de persistir com o discurso anarquista diante da disputa ideológica então colocada ao movimento operário. O referido discurso se apresenta, então, sob a pressão de outro, o discurso institucional (do Estado), que exerce sobre o primeiro um poder de coerção<sup>23</sup>. Dessa forma, percebemos no periódico um foco de resistência ao discurso hegemônico.

Ao localizar, espacial e temporalmente, nosso objeto de pesquisa, remetemo-nos ao contexto vivenciado pelo operariado do período. A década de 1920 não fora a mais intensa no sentido reivindicatório da história do movimento operário sul-rio-grandense, mas, comparado a outros estados brasileiros, encontramos peculiaridades que sustentaram a ação organizada dos trabalhadores no Rio Grande do Sul durante esse decênio.

Mas é preciso recuar um pouco mais no tempo. O desenvolvimento da sociedade urbano-industrial no Brasil data do final do século XIX. Esta sociedade trouxe consigo novas relações de trabalho. Os imigrantes chegados da Europa, os trabalhadores do campo e ex-escravos constituíram a massa proletária que agora vendia sua força de trabalho nas cidades. No Rio Grande do Sul, a indústria emergiu, principalmente, em Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, cidades portuárias que favoreceram tanto a circulação de mercadorias, quanto a de material discursivo sobre ideologias políticas reivindicatórias. Das relações capitalistas de produção nasceu a necessidade de se organizar em defesa da dignidade e da justiça frente à exploração do trabalho; pode-se dizer assim que a organização dos trabalhadores é tão antiga quanto o proletariado. As primeiras organizações de trabalhadores foram as associações de socorros mútuos, que tiveram o caráter de proteção e auxílio. Praticamente ao mesmo tempo (e, por vezes, nos mesmos espaços institucionais), os operários se organizaram em entidades de resistência (muitas delas também mutualistas), que deram origem aos sindicatos. Estas tiveram como influências principais as ideias de correntes ideológicas europeias, com destaque para o socialismo e o anarquismo, que foram difundidas através da circulação de jornais, panfletos, livros e pelos próprios militantes. O socialismo eclético (caracterizado pelo viés cientificista e positivista)<sup>24</sup> foi, nas primeiras agremiações operárias de resistência, sua principal influência. Estas entidades eram predominantemente reformistas e lutavam por uma legislação social que transformasse as relações de produção, entendendo a via eleitoral como

---

<sup>23</sup> FOUCAULT, 2003, p. 18

<sup>24</sup> BATALHA, 2000, p. 22

principal instrumento de luta<sup>25</sup> na jovem república, que, tão recente, já causava desilusão aos trabalhadores. No início do século XX, a influência de correntes anarquistas, que lutavam contra todas as formas de poder hegemônico, recusando a participação político-partidária e adotando, assim, a ação direta como forma de luta, iniciou, também, sua manifestação de forma mais incisiva<sup>26</sup>. As associações operárias tornaram-se, portanto, baluartes das lutas dos trabalhadores, onde a disputa ideológica pela liderança associativa não cessava, ao contrário, “as principais correntes do pensamento operário da época continuam disputando espaços”<sup>27</sup>.

Outro meio de expressão do operariado, sendo ao mesmo tempo um instrumento de formação e de luta, foi a imprensa criada e administrada pelos trabalhadores organizados. Essa será melhor analisada no próximo capítulo.

Em outubro de 1906, eclodiu a primeira greve geral de Porto Alegre, movimento que proporcionou a fundação da FORGS, a qual se tornou a principal organização operária do estado até fins da década de 1920. A disputa pela liderança do movimento reforçou-se nesta entidade. Tal movimento vivenciou seu auge de organização, lutas e conquistas na segunda década do século XX, entre os anos de 1917 e 1919, então sob orientação anarquista desde 1911.

Sabemos que a dinâmica do sistema capitalista não é apenas direcionada à exploração do trabalho de maneira direta; seus dispositivos de controle e disciplina ultrapassam os muros das fábricas, estando presentes na vida cotidiana do operariado, na moradia, educação, etc. Dessa forma, a FORGS, enquanto organização operária, não propunha apenas lutas pela melhoria das condições de trabalho, mas sim a transformação total da sociedade. Veremos, por exemplo, no movimento pela educação dos trabalhadores, um singular instrumento em prol da revolução social. Assim, as sedes dos sindicatos tornaram-se também espaços educacionais, mas não os únicos. Foram fundadas igualmente escolas, centros de leituras e bibliotecas. Esta prática “foi uma constante entre os libertários e no movimento operário da República Velha”<sup>28</sup>.

---

<sup>25</sup> PETERSEN e SCHMIDT, 2004, p.211.

<sup>26</sup> Idem, p.232.

<sup>27</sup> BILHÃO, 1999, p. 10.

<sup>28</sup> ARAVANIS, 2002, p. 268.

A partir de 1920, o movimento operário passou por uma grande transformação. Em todo o Brasil, suas manifestações diminuíram e a conjuntura tornou-se cada vez menos favorável a sua ação. O que não quer dizer que ele tenha se rendido à dura repressão do governo oligárquico ou se desmantelado de forma definitiva pelas disputas ideológicas internas, que se tornaram mais intensas no período. Neste contexto, o Rio Grande do Sul representou um dos últimos baluartes do sindicalismo sob orientação anarquista; no entanto, lentamente, essa forma de organização e luta perdeu espaço dentro da rede de relações de poder na qual estava inserida. O assédio às organizações operárias sob orientação do socialismo libertário veio de diferentes direções, desde os apelos do socialismo comunista e seu jovem partido, até as tentativas de cooptação por parte do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), representante do poder estatal regional. No entanto, mesmo assim, o movimento operário continuou expressivo em suas lutas até o início dos anos de 1930, quando o sindicalismo revolucionário foi substituído, por meio de um misto de cooptação e repressão, pelo padrão único do sindicalismo oficial<sup>29</sup>.

### **1.1 A ação do governo: as diversas facetas do poder estatal**

No Rio Grande do Sul, a ação repressiva do governo se delineou de forma diferente do restante do país. Enquanto o maior movimento grevista do Brasil da Primeira República foi duramente reprimido em outros estados, no RS, a greve de 1917 teve outro desfecho (o que não anula o esforço do poder estatal em controlar a classe operária, ele apenas contorna a situação de violência utilizando outros mecanismos de controle). Nesse sentido, o então governador do estado, Borges de Medeiros, fez concessões aos trabalhadores, aumentando seus salários e restringindo a exportação de gêneros de primeira necessidade, atos que tenderam à diminuição da carestia<sup>30</sup>. Este posicionamento frente à ação dos operários em nada era estranho aos princípios políticos do positivismo, que exercia forte influência na organização do governo e tinha como uma de suas teses a integração do proletariado à sociedade moderna<sup>31</sup>. Porém, a crítica à revolução como motor da história também era um

---

<sup>29</sup> PETERSEN, 2000, p.10.

<sup>30</sup> PETERSEN e SCHMIDT, 2004, p. 220.

<sup>31</sup> PETERSEN, 2000, p. 23.

princípio desta teoria política. Sendo assim, dois anos mais tarde, em 1919, quando houve uma nova eclosão de greves em todo o país, o posicionamento do governo estadual foi o de reprimir o movimento com violentas iniciativas e com o fechamento do principal órgão da organização operária, a já citada FORGS. Tal organização enfrentou, a partir de então, um notável decréscimo nas suas mobilizações devido, também, às ações repressivas, tanto do governo federal, quanto do governo estadual. Os processos repressivos implicavam desde o fechamento dos sindicatos até arbitrariedades do governo, com a perseguição e expulsão de estrangeiros acusados de anarquismo<sup>32</sup>, o que também expressa o processo de criminalização do movimento.

A carência de trabalhos publicados sobre o movimento operário na década de 1920 no RS não nos permite ter uma compreensão ampla de seus desdobramentos<sup>33</sup>. No nível nacional, a repressão estatal intensificada teve na figura de Arthur Bernardes seu maior expoente, sendo que a instauração do estado de sítio em seu governo dificultou a organização dos trabalhadores em torno de associações de resistência. No RS, que estava em meio à dita Revolução de 1923, as iniciativas das forças políticas dividiram-se entre o controle do operariado através da repressão e/ou da cooptação. Inúmeros casos foram registrados de intervenções repressivas da Brigada Militar em sedes sindicais de Porto Alegre e no interior do estado. Em Rio Grande, por exemplo, a Federação Operária local manteve ativo o movimento grevista, sofrendo assim uma dura repressão do estado a partir de 1922, que se deu através da intervenção da Brigada e prisão de militantes fomentadores da ação, vistos como socialmente perigosos<sup>34</sup>. A transferência da FORGS para o interior do estado, na cidade de Bagé, é um indicativo da dificuldade de organização anarquista em Porto Alegre frente às ações do governo.

Por outro lado, a iniciativa de cooptação do operariado se manifestou tanto da parte do PRR que representava o poder central e reivindicava mais uma reeleição de Borges de Medeiros, quanto pela oposição, que defendia a eleição de Assis Brasil.<sup>35</sup> Embora o interesse

---

<sup>32</sup> BATALHA, 2000, p.38.

<sup>33</sup> Sobre o tema, só tivemos acesso a um relatório de pesquisa ainda não publicado, mas gentilmente disponibilizado pela professora Silvia Petersen. PETERSEN; 2000.

<sup>34</sup> PETERSEN, 2000, p.12.

<sup>35</sup> “A união entre as oposições em torno de Assis Brasil foi conjuntural. Somente mais tarde, em 1924, foi fundada em São Gabriel, a Aliança Libertadora e, só em 1928 foi fundado o Partido Libertador, num congresso em Bagé”. WASSERMAN, 2004, p. 284.



nos votos dos trabalhadores tenha motivado esforços das hostes opositoras, consideraremos aqui a força de maior expressão: aquela representante do poder situacionista no estado, no caso o PRR e as entidades ligadas a ele. Dentro do princípio positivista já citado de integração do proletariado à sociedade moderna, como mais uma forma de controle, o governo gaúcho instaurou medidas de proteção ao trabalhador a serviço do Estado, como aposentadoria por invalidez, auxílio funeral, etc. Estas medidas se estendiam também aos trabalhadores diaristas, mas nunca intervindo nas relações privadas de trabalho entre os industriais e os operários, a não ser pela via moralizadora do exemplo. Entre as medidas paternalistas de cooptação e controle do governo está a criação, em 1923, da Liga dos Operários Republicanos, que buscava agrupar os trabalhadores sob a orientação do PRR. Não nos cabe aqui analisar o discurso do governo sobre esse tema; no entanto, é importante percebermos que este está imbuído de diferentes estratégias de controle dos trabalhadores, o que entendemos como uma forma positiva (no sentido foucaultiano) de exercício de poder. O ataque discursivo às organizações anarquistas e seus métodos de luta demonstra a tentativa de “livrar” os trabalhadores desta influência. Um exemplo encontra-se nesse trecho do jornal oficial do PRR, *A Federação*:

“Não há consideração de espécie alguma que os detenha nessas práticas escancaradamente anarquistas com que procuram a todo transe fazer predominar a sua causa repelida por todo o Rio Grande. O que conseguem com semelhantes processos tem sido e será cada vez mais o repúdio e a condenação unânime e justa da sociedade rio-grandense, que não poderá jamais tolerar uma causa política que desce a tais extremos de objeção, que constitui verdadeiro flagelo social que precisa ser julgado a todo custo para a garantia da vida e a tranquilidade do público.”<sup>36</sup>

Este fragmento de uma matéria publicada em resposta à declaração anarquista frente à chamada Revolução de 1923 nos permite observar as diferentes formas de utilização do poder exercidas pelos governantes estaduais. A força física não constituía a única maneira de ação destes contra o movimento operário. Entendemos que as tentativas de cooptação através do discurso de desqualificação dos anarquistas (tidos como um “flagelo social”), de políticas públicas e da criação de entidades que agregassem os trabalhadores – dando-lhes um caráter organizativo, porém sob controle do Estado – representaram, junto à repressão, importantes mecanismos de disciplinarização implementados pelo governo Borges de Medeiros.

---

<sup>36</sup> A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, 27-6-1923, citado por PETERSEN, 2000, p.35

Assim, como temos defendido, o exercício de poder por parte do governo não se dava apenas por via negativa, ou seja, pela violência física, mas também por meio de formas positivas, nesse caso, as relacionadas à cooptação dos trabalhadores com a utilização de diversos instrumentos políticos, discursivos e não discursivos. Ou seja, este poder não se apresentava apenas na forma de negação e proibição, mas também permeava os meios operários com mecanismos de aproximação de sua causa, produzindo discursos e instituições com as quais os trabalhadores poderiam se identificar. Não era, pois, de interesse do Estado afastar os trabalhadores, mas sim tê-los próximos, controlá-los, gerir suas vidas, “aumentando o efeito de seu trabalho, dando-lhes uma utilidade econômica máxima, diminuindo sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, de insurreição contra as ordens do poder, neutralizando os efeitos de contra-poder”<sup>37</sup>, nesse caso representado pelos anarquistas. A positividade deste poder se apresenta, então, de forma a domesticar o corpo, não de forma agressiva, mas no sentido de adestrá-lo, produzindo um sujeito dócil, não um trabalhador revoltado. É importante deixarmos evidente que não entendemos o Estado como sinônimo de poder, mas sim como um articulador que garante a sustentação e a eficácia do controle social. O poder exercido pelo aparelho estatal não está acima do corpo social, mas sim imiscuído em sua vida, apresentando-se em uma multiplicidade de relações de força. E é no âmbito desta própria rede que a luta do operariado se apresenta como resistência à força hegemônica.

Como um dos fluxos que contribuiu para a desarticulação do movimento operário, enquanto organização autônoma, o poder exercido pelo Estado, por meio de diferentes esferas políticas e administrativas, deixou suas marcas. Veremos adiante que, após a “Revolução” de 1930, o aparato estatal procurou tornar-se o único mediador legítimo entre os trabalhadores e os empresários, sendo os sindicatos reconhecidos e organizados pelo poder estatal nos moldes corporativistas.

## **1.2 O avanço do socialismo comunista e as relações de poder na disputa pelo movimento operário**

O avanço do comunismo é um dos marcos que constituíram a história do movimento operário brasileiro na década de 1920. Desde o ano de 1911, os anarquistas representaram a maioria na FORGS, organização que se apresenta, como foi dito, como a principal

---

<sup>37</sup> MACHADO, in: FOUCAULT, 2009, p. XVI.

articuladora das lutas dos trabalhadores gaúchos no período. As disputas dentro das organizações operárias não cessaram e, nesse âmbito, temos um acontecimento internacional que influenciou a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1922. A Revolução Russa incentivou a formação de grupos comunistas no país, embora, inicialmente, ela tenha sido interpretada por alguns setores do operariado organizado como uma insurreição anarquista. A fundação da União Maximalista, de inspiração leninista, marca tal influência no RS; esta que foi, através de um de seus criadores, Abílio de Nequete, responsável pela difusão das ideias comunistas no estado e pelos ataques direcionados aos anarquistas<sup>38</sup>. A partir de então, tal disputa discursiva no seio do movimento operário dará a tônica das lutas pela liderança das principais organizações dos trabalhadores.

O discurso socialista professado no RS desde o século XIX, conforme já apontamos, priorizava o reformismo ao processo revolucionário. Dessa forma, para os partidos e organizações que se formaram com base nessa corrente ideológica, as urnas eram as principais armas de ação do operariado; assim, a disputa político-partidária tornou-se sua orientação mais destacada para destruir o Estado burguês e o capitalismo.

A Revolução Russa encontrou eco no Brasil no início dos anos de 1920, período em que se viu o maior número dos grupos francamente comunistas se organizar em torno de um projeto político ligado diretamente à Terceira Internacional. A fundação do PCB em 1922 consolida o movimento socialista e institucionaliza o discurso do projeto político comunista no país. Esse partido necessitava do controle do movimento operário para pôr em prática seu programa de revolução, sendo os sindicatos o espaço ideal para ganhar base na disputa eleitoral. Assim, era preciso afastar do cenário sindical os anarquistas e seus discursos. Para isso, tornava-se necessário construir um novo discurso que configurasse um militante diferenciado, no qual a *organização* e a *disciplina* do partido substituíssem a *ação direta* e a *autonomia*, princípios adotados pelos sindicatos direcionados pelo projeto anarquista<sup>39</sup>. Mesmo que a maior parte dos militantes que fundaram o PCB tenha saído dos quadros anarquistas, os primeiros foram os maiores combatentes internos do ideário dos últimos. No entanto, após quatro meses de sua fundação, o Partido foi posto na ilegalidade, o que, porém, não encerrou a disputa de poder pela hegemonia nas organizações operárias. Afinal, os

---

<sup>38</sup> PERTESEN e SCHMIDT, 2004, p. 221.

<sup>39</sup> PETERSEN, 2000, p. 26.

militantes comunistas encontraram outras formas de penetrar no movimento operário que não pela via partidária. Entre estas, muitas se inspiraram nas estratégias anarquistas de militância<sup>40</sup>.

Em 1923, um grupo de comunistas fundou, na região do bairro Bom Fim, em Porto Alegre, a União dos Ofícios Vários, da qual surgiu o primeiro jornal comunista do Rio Grande do Sul: *A Libertação*. Levando em consideração que este era um bairro de forte atuação do movimento anarquista, através dos sindicatos, verificamos aqui o acirramento da disputa entre libertários e comunistas pela direção do movimento operário. Tal disputa fica ainda mais evidente em discursos proferidos em uma reunião convocada pelos comunistas no ano de 1924<sup>41</sup>. Esta fora chamada a fim de fundar a dita União dos Ofícios Vários, sendo para ela convidados todos os operários; logo, estiveram presentes também representantes da FORGS. Na ocasião, foi defendida, pelos comunistas, a necessidade de se formar uma frente única que obedecesse aos princípios da Liga Internacional de Moscou, por considerarem a organização existente caótica. Os representantes da FORGS, por seu turno, afirmaram que essa frente já existia, e ela não excluía a participação dos proponentes de uma nova organização na entidade já existente:

“Analisando a questão da frente única, disse que a condição essencial para que se pudesse formar uma frente única era não se fazer questão da finalidade ideológica quer dos indivíduos, quer das associações operárias, contanto que num ponto estivessem todos de acordo, conquistar a emancipação dos trabalhadores.”<sup>42</sup>

Não havendo acordo entre as partes, ficou declarada a disputa entre o PCB (ou seu centro aglutinador: a União de Ofícios Vários) e a FORGS. Essas informações foram publicadas em um periódico da FORGS, *O Syndicalista*, tendo, então, de ser levado em consideração o local de origem do discurso, no sentido de se compreender a realidade por ele delineada. A partir de então, as manifestações comunistas se deram, sobretudo, na forma de organizações operárias e de periódicos e folhetos que difundiam seus ideais, assim como em comícios e comemorações historicamente importantes para o operariado, como a do 1º de

---

<sup>40</sup> PETERSEN, 2000, p. 41.

<sup>41</sup> Os referidos discursos foram citados, por meio de um artigo do jornal *Syndicalista*, por PETERSEN, 2000, pp. 48 e 49.

<sup>42</sup> O SYNDICALISTA, Porto Alegre, 1-2-1924. P.4-5, citado por PETERSEN; 2000; p. 49.

Maio. Estando o Partido na ilegalidade e não podendo atuar na disputa eleitoral, surgiram manifestos de apoio provisório ao Partido Republicano – postura que, provavelmente, não representava todos os comunistas, sendo que esses manifestos foram assinados por Abílio Nequete, militante que rompeu com o PCB após ter participado de sua fundação e que teve uma trajetória bastante particular no movimento operário<sup>43</sup>.

Entre as iniciativas de organização operária pelos comunistas, destaca-se a reorganização do Sindicato dos Gráficos que, após 1926, representou um dos principais núcleos comunistas no estado<sup>44</sup>. Foi a partir de 1927 que se tornou mais evidente o avanço dessa tendência no meio sindical, que contou com o Bloco Operário e Camponês (BOC) e a Confederação Regional do Trabalho (CRT) como articuladores da sua proposta junto aos trabalhadores organizados<sup>45</sup>, substituindo o Partido que permanecia na ilegalidade. Segundo Edgar de Decca, tratando do âmbito nacional, entre 1927 e 1928 se consolida a ruptura definitiva com a estratégia operária da ação direta<sup>46</sup>. Isso não significa, pelo menos no RS, que o movimento anarquista tenha desaparecido do cenário operário, como veremos no próximo item; ao contrário, o que ocorre é uma coexistência e uma disputa de poder ainda maior entre essas tendências ideológicas. De qualquer forma, até o final dos anos de 1920, paulatinamente, se ampliou o espaço de atuação dos comunistas no meio operário, com a publicação de inúmeros periódicos e a promoção de sindicatos e de comícios reivindicatórios e de propaganda, sendo também esses duramente reprimidos pelo Estado.

Tentamos explicitar aqui o processo de disputa interna pelo poder de direção do movimento operário, especificamente a partir do avanço do movimento comunista. Mesmo não tendo ocorrido a vitória definitiva de nenhuma das forças em disputa – ao contrário, elas coexistiram –, percebemos ora a hegemonia de uma, ora a hegemonia de outra sobre o movimento dos trabalhadores, embora não tenha havido, insistimos, a superação definitiva de um ideário pelos demais.

---

<sup>43</sup> Para melhor entendimento da trajetória de Nequete, ver BARTZ, Frederico Duarte. “Abílio de Nequete (1888-1960): os múltiplos caminhos de uma militância operária” In.: História Social, Campinas, no 14/15, 2008, p. 157-173.

<sup>44</sup> PETERSEN, 2000, p. 63.

<sup>45</sup> Idem, p. 64.

<sup>46</sup> DECCA Apud PETERSEN, 2000, p. 65.

### 1.3 A persistência do anarquismo

Como mencionamos antes, as iniciativas para dismantelar o movimento operário sob orientação anarquista não foram poucas. Em todo o Brasil, vimos o operariado se organizar inicialmente em torno dos ideais socialistas, tendo seu ápice de lutas e conquistas sob a hegemonia do ideário anarquista e arrefecendo na década de vinte sob pressões externas e disputas internas, ainda que essa seja uma explicação genérica e mereça ser melhor aprofundada e nuançada. O que defendemos, no entanto, é que este foi um período de disputas, rupturas, construções e afirmações, para usarmos as palavras de Petersen<sup>47</sup>, pelo menos quando falamos do contexto do Rio Grande do Sul. Foi neste quadro que o movimento sob orientação anarquista resistiu e fez deste estado seu mais expressivo palco de atuação no período referido. Aqui se realizaram congressos promovidos pela FORGS até o final da década e, nesse sentido, vemos na imprensa uma expressão extraordinária para a conjuntura de então. Mesmo diante das pressões sofridas, a FORGS continuou reafirmando suas tradicionais posições, negando a participação dos trabalhadores na política partidária, insistindo no método da ação direta e mantendo adesão à Associação Internacional dos Trabalhadores.

Uma das variáveis que favoreceram a continuidade da organização anarquista no RS foi a peculiaridade assumida pela relação do governo estadual com o operariado, como vimos anteriormente. No entanto, não podemos dizer que esta situação, por si só, permitiu maior organização dos trabalhadores, pois, assim afirmando, colocaríamos o movimento operário em condição passiva, e conforme vimos, as forças em disputa não exercem o poder em uma via de mão única, mas sim como um confronto entre diferentes poderes, sejam eles periféricos ou centrais. Dessa forma, vimos a força da manifestação dos trabalhadores organizados e dos militantes ácratas, através das greves, congressos e, principalmente, da imprensa, em uma luta pela reorganização da classe trabalhadora. Nesse sentido, foram realizadas inúmeras greves no estado; os Congressos realizados pela FORGS igualmente demonstram os esforços em articular o movimento e firmar o discurso anarquista no seio das organizações e ações do operariado.

Assim, em março de 1920, realizou-se, em Porto Alegre, o Segundo Congresso Operário do Rio Grande do Sul, onde foram discutidas e afirmadas velhas e novas teses

---

<sup>47</sup> PETERSEN, 2000, p. 05.

anarquistas<sup>48</sup>. O Terceiro Congresso ocorreu em 1925, quando se discutiram as pautas de sempre e, ainda, foram introduzidas outras até então inéditas nos congressos gaúchos, tais como a situação da mulher operária e dos trabalhadores rurais. Outra questão que mereceu destaque nos congressos foi a atividade da imprensa operária. Ainda foi realizado em Pelotas, no ano de 1928, o Quarto Congresso Operário do RS, além do Congresso de Trabalhadores Alemães em 1923. Sobre a ação da FORGS em prol da organização e orientação política, é elucidativo transcrevermos parte da entrevista concedida por seu secretário geral ao periódico *O Syndicalista*:

“Qual é a orientação [da FORGS]?”

A sindicalista, isto é, a ação direta para a resolução dos conflitos entre o capital e o trabalho e a ‘solidariedade’ das classes entre si para o mútuo auxílio.

Em que consiste a ação direta?

A ação direta consiste na discussão e entendimento entre representantes dos sindicatos e patrões para dirimir questões, na greve parcial e geral da ‘boicotage’. O sindicalismo empenha-se numa propaganda constante para que cada operário adquira a consciência de si mesmo, do seu valor e de seus direitos para que esteja constantemente aparelhado para defender a sua causa.”<sup>49</sup>

Ao longo dos anos de 1920, a FORGS continuou, portanto, sua ação arregimentadora, promovendo reuniões e comícios. No entanto, o número de greves organizadas pela Federação diminuiu, e se reduziu, paulatinamente, a quantidade de sindicatos federados. O que nos parece, segundo as fontes pesquisadas, é que tal redução no número de greves se deu, exatamente, pela falta de organização dos operários em torno dos sindicatos e dos sindicatos em torno da Federação. No sentido de superar esta falta, como já havíamos dito, a ação da FORGS estava mais voltada à organização do movimento operário, como forma de preparação para as manifestações grevistas<sup>50</sup>. Entendemos essa ação como uma das maneiras de resistência ou de contra-poder frente ao poder central.

Outro fator de extrema importância e grande expressão, e que garantiu a circulação das ideias anarquistas no estado por toda a década de 1920, foi a imprensa operária. É neste âmbito que se insere nosso objeto de pesquisa. A imprensa ocupou tradicionalmente um lugar

---

<sup>48</sup> PETERSEN e LUCAS, 1992, p. 225.

<sup>49</sup> A MANHÃ. Porto Alegre, 1-5-1921, citado por PETERSEN; 2000; p. 15.

<sup>50</sup> Referente a esta questão é importante consultar matéria publicada no *Syndicalista*. Porto Alegre, 31-10-1925, p. 1.

importantíssimo no movimento anarquista e operário e examinaremos seu papel político mais detalhadamente no próximo capítulo. Aqui cabe perceber seu nível de circulação, especificamente dos periódicos do Rio Grande do Sul. O principal jornal anarquista, no âmbito sindical, e porta-voz da FORGS, foi *O Syndicalista*, que circulou até o final da década de 1920. Este foi acompanhado pelo *Der Freie Arbeiter*, periódico publicado em língua alemã por Frederich Kniestedt,<sup>51</sup> e pela *Revista Liberal*. Ainda no final da década, em 1928, ressurgiu o periódico *A Luta*, esse que fora o principal jornal anarquista nas décadas anteriores. À imprensa une-se e funde-se o movimento pela educação. Neste período, ressurgem espaços de discussão e estudo no seio do movimento operário, tais como escolas, bibliotecas livres e a *Sociedade Pró-Ensino Racionalista*. Isso exemplifica, mais uma vez, os esforços implementados na época pela reorganização do movimento operário em torno dos ideais anarquistas. No ano de 1921, foi fundada uma Biblioteca Libertária pelo grupo Allgemeiner Arbeiter Verein (associação operária alemã federada à FORGS). Em 1923, foi refundada a *Sociedade Pró-Ensino Racionalista*, que dedicou seus esforços à difusão do ensino racionalista e à reconstrução da *Escola Moderna* de Porto Alegre. Tal esforço concretizou-se no ano de 1925, quando foi reaberta essa Escola em Porto Alegre.

Se a ação grevista, até então o principal meio de conquistas dos operários atuantes no RS, teve um enfraquecimento nos anos 20, o movimento de reorganização dos trabalhadores se manifestou de forma peculiar. Entende-se aqui este movimento como envolvendo as iniciativas de congressos, a preocupação com a regularização da circulação de periódicos (como foi manifestado, inclusive, em resoluções de congressos), o surgimento de outros jornais e revistas, e a educação dos trabalhadores. A título de exemplo, citamos trecho da ata do Segundo Congresso Operário do Rio Grande do Sul:

“Sua missão [dos sindicalistas] é educar espiritualmente as massas e congregá-las nas organizações econômicas de combate, para conduzi-las, por meio da ação econômica direta, que tem sua expressão mais elevada na greve social, para a luta

---

<sup>51</sup> “Friedrich Kniestedt nasceu na Alemanha em 1874 e teve uma admirável trajetória de militância anarquista, que começou na Europa, sendo preso várias vezes e condenado à morte por seus ideais revolucionários. Chegou ao Brasil em 1909, retornou à Alemanha em 1912 e, em 1914, voltou para o Brasil com a família. Sempre envolvido na propaganda libertária, trabalhou em colônias agrícolas e aportou em Pelotas e logo a Porto Alegre em 1917, integrando-se de imediato no movimento operário. Participou das greves do período, filiou-se à Allgermeiner, atuou na Escola Moderna e desenvolveu a propaganda anarquista. Tecelão, vassoureiro, livreiro e jornalista operário, editou vários jornais, dentre os quais o *Der Freie Arbeiter* e *Aktion*, em língua alemã. Na década de 20 foi figura de destaque na FORGS, organizando seus congressos. Humanista, fundou uma Liga dos Direitos do Homem e sofreu os efeitos de seus combates ao comunismo, nazi-fascismo, integralismo, também sendo preso pela polícia do Estado Novo. Já viúvo, morreu em 1947 em Porto Alegre, em circunstâncias misteriosas, tendo seu corpo desaparecido nas mãos da polícia política da época” (MARÇAL apud PETERSEN, 200, p. 17).



que há de se travar pela libertação da humanidade do jugo da servidão e do moderno Estado dividido em classes. (Porto Alegre, RS, abril de 1920).”<sup>52</sup>

É em tal contexto que surge a *Revista Liberal*. Neste momento, o discurso anarquista está pautado, principalmente, pela necessidade de reorganização do movimento operário. A análise que faremos a partir de agora é sobre as formas de articulação discursiva efetuadas pelos militantes ligados a esse periódico em torno da educação dos trabalhadores. Partimos do pressuposto de que, dentro da malha das relações de poder, encontramos também as relações de saber, entendendo que as primeiras determinam as segundas, objetivando o controle da vida e do corpo social. Dessa forma, encontramos nos esforços de contra-poder, como no caso da *Revista Liberal*, a articulação, a construção e a disseminação de outros saberes, diferentes daqueles criados, apropriados e difundidos pelas instituições econômicas, políticas e culturais hegemônicas no exercício de sua dominação. Para tal análise, partiremos do discurso exposto nas páginas da *Revista Liberal*, em particular daqueles diretamente referentes à educação, embora saibamos que todo o material editorial da revista faça parte desse projeto.

---

<sup>52</sup> PETERSEN e LUCAS, 1992, p. 233.

## 2. A imprensa anarquista no Rio Grande do Sul e o lugar da *Revista Liberal*

Os periódicos anarquistas circulam no Brasil desde a segunda metade do século XIX. Eles sempre foram um meio privilegiado de militância desta vertente política, não sendo encarados apenas pelo seu caráter informativo, mas também pelo seu potencial propagandístico e formativo. A imprensa operária, de modo geral, foi importante veículo de organização dos trabalhadores, especialmente para os anarquistas que ainda eram uma das principais influências políticas no meio operário no período que corresponde a nossa pesquisa. Ferreira<sup>53</sup> divide o desenvolvimento da imprensa operária no Brasil em três etapas: a primeira se passa em parte do século XIX e nas três primeiras décadas do XX, definida como anarcossindicalista. A segunda corresponde ao período entre a fundação do Partido Comunista Brasileiro e o golpe de Estado de 1964, esta denominada de imprensa sindical-partidária. A terceira etapa está inserida no período de reorganização do operariado pós 64: a imprensa sindical propriamente dita. Assim, quando nos remetermos à imprensa neste trabalho, estaremos nos referindo à primeira etapa definida acima.

Para o Rio Grande do Sul, temos como marco de aparecimento da imprensa libertária o ano de 1892<sup>54</sup>, fenômeno que acompanha as transformações políticas e sociais no estado, o qual, ao desenvolver sua indústria e suas relações capitalistas, propicia o surgimento de novos segmentos sociais, entre eles o proletariado. Esse, ou ao menos seus setores mais combativos e organizados, encontra nos jornais uma forma de expressão e de organização, pois, segundo Jardim:

“O surgimento da imprensa operária já corresponde a um certo nível de desenvolvimento do movimento operário, pois a publicação de um jornal, mesmo que pequeno, requer pelo menos que algumas pessoas tenham adquirido consciência política em relação ao grupo social que defendem”<sup>55</sup>

A partir de então, os periódicos passam a difundir ideias em torno da organização operária, de suas necessidades e seus objetivos.

No início dos anos de 1920, com o recrudescimento da ação do Estado contra o movimento operário e sua imprensa, reduziu-se o número de periódicos ligados aos trabalhadores que circulavam em Porto Alegre; no entanto, foi exatamente neste momento que

---

<sup>53</sup> FERREIRA, 1988, p. 07 e 08.

<sup>54</sup> JARDIM, 1990, p. 24.

<sup>55</sup> Idem, p.25.

surgiu a *Revista Liberal*. Em fevereiro de 1921, foi lançado seu primeiro número, sob a direção de Polydoro Santos. Esta publicação se mostrou bastante importante para o movimento operário do período que, de maneira geral, iniciou um processo de reorientação política. Jardim<sup>56</sup> aponta, justamente, o desaparecimento da *Revista Liberal* em, 1923, como marco desse redirecionamento da política operária, inclusive de sua imprensa, que passou gradativamente a seguir as diretrizes comunistas.

Neste capítulo, analisaremos algumas questões referentes à importância da imprensa para o movimento operário do Rio Grande do Sul e também como a *Revista Liberal* se articula a ele. No item 2.1, acompanharemos a trajetória de um importante militante do movimento operário de Porto Alegre que esteve à frente da *Revista* durante toda sua circulação. Tendo em vista que nossa pesquisa enfoca o caráter educacional do periódico, não poderíamos deixar de abordar os percursos de Polydoro Santos, não apenas no movimento operário em geral, mas especificamente no campo da educação. No segundo item, faremos uma relação da atuação da *Revista* com o projeto de reorganização do movimento operário, tendo em vista a declaração de princípios aprovada pelo II Congresso Operário do Rio Grande do Sul<sup>57</sup>, na tentativa de entender o nível de engajamento deste periódico com os trabalhadores organizados em uma conjuntura adversa a sua atuação. Finalmente, partiremos para a análise da utilização da imprensa no campo propriamente educacional, com o objetivo de compreender a atuação politico-cultural dos periódicos na luta pela emancipação social. Enfim, este capítulo pretende inserir a *Revista Liberal* no campo da imprensa operária, que é caracterizada por seu conteúdo de luta e organização dos trabalhadores, e que, mais do que um meio de comunicação, se torna um meio de ação que pretende “despertar a maioria silenciosa [e], fazê-la reagir frente à opressão que sofre (...)”.<sup>58</sup>

## **2.1. A incansável luta de Polydoro Santos**

A publicação da *Revista Liberal* muito se deveu aos esforços do gráfico e militante da causa operária Polydoro Santos. Assim, para que possamos nos aproximar dos objetivos e da atuação desta publicação, é importante que conheçamos um pouco melhor o seu mais expressivo ideólogo e mantenedor. Não se trata aqui de enaltecer ou de dar todos os créditos

---

<sup>56</sup> JARDIM, 1990, p. 16.

<sup>57</sup> PETERSEN e LUCAS, 1992, p. 233.

<sup>58</sup> JARDIM, 1990, p. 37.

desta iniciativa a uma única pessoa - pois sabemos que a revista só se manteve graças a um esforço coletivo, típico da organização anarquista - mas sim de entendermos o papel desempenhado por essa pessoa que, por anos até o momento de sua morte, esteve ativo na luta pela emancipação do operariado, como veremos adiante.

Este personagem foi extremamente importante para a história do movimento operário de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul em geral. Ao que se sabe, sua história de luta iniciou em 1906, com seu envolvimento na União Operária Internacional. Neste mesmo ano, o gráfico e jornalista passou a editar o periódico *A Luta*, do qual permaneceu como diretor até 1910. A partir daí, passou por diversas redações de periódicos operários, contribuindo com o movimento e refletindo sobre a luta dos trabalhadores. Militante da FORGS, criou nessa entidade o Círculo Operário de Propaganda e Imprensa, o que demonstra seu vínculo não apenas profissional, mas também militante, com as ações de divulgação da informação e do conhecimento, fundamentais para a articulação do movimento operário.<sup>59</sup>

Polydoro não se limitou às questões técnicas e práticas da produção da *Revista*, próprias do ofício de gráfico. Estudioso de sociologia, dialogava com a sociedade através de seus textos publicados, no intuito de fazê-la pensar sobre seus problemas e as formas de superá-los. No período de circulação da *Revista*, esse militante fez do jornal seu principal veículo de militância, sua mais significativa tribuna de luta. Militante da causa operária, era prestigiado e respeitado pela classe trabalhadora, como ressalta essa matéria:

“(...) o característico essencial de Polydoro Santos quer como homem na vida particular, quer como comunista libertário nas lutas contra a sociedade atual foi sempre a dignidade moral que manteve, o que o fez respeitado pelos próprios adversários e sinceramente estimado por seus companheiros de luta.”<sup>60</sup>

Em toda sua luta, ficou explícita a preocupação com a educação da classe operária, uma educação que propiciasse aos trabalhadores e trabalhadoras sua emancipação social. Desde sua experiência na *Escola Eliseu Reclus* – primeira escola de ensino livre de Porto Alegre, fundada pelos anarquistas – não deixou de lutar pelo ensino racionalista. Em 1914, colabora com a fundação da *Escola Moderna dos Navegantes* – escola livre sediada em um bairro operário – e, em 1916, junto a outros militantes, funda a *Sociedade Pró-ensino Racionalista*, que tinha como um de seus objetivos auxiliar a *Escola Moderna* – escola racionalista e

---

<sup>59</sup> MARÇAL, 1995.

<sup>60</sup> O SYNDICALISTA. P. Alegre, novembro de 1924. ano VI, nº3. (apud. PETERSEN, 2000, p. 08).

anticlerical aos moldes da *Escola Moderna de Barcelona* criada por Francisco Ferrer e Guardia – inaugurada em maio do mesmo ano, a qual funcionou por alguns anos e desapareceu em 1919, por dificuldades econômicas.<sup>61</sup> Polydoro faleceu em julho de 1924, aos 43 anos, deixando impresso nas páginas da imprensa operária a razão de sua luta.

Antes disso, em 1921, Polydoro, somado a outros companheiros, lançou a *Revista Liberal*, um verdadeiro instrumento de luta pela educação do povo e promotora do livre pensamento. Esta é citada por Marçal<sup>62</sup> como a mais importante publicação do gênero em sua época. Neste periódico, manifestamente partidário da luta educacional, Polydoro não atuou apenas como diretor, mas também como colunista, declarando o desejo e a necessidade de uma *Escola Moderna* para os filhos dos operários e para eles próprios. A insistência pela construção de uma escola racionalista em Porto Alegre fica evidenciada nos frequentes artigos publicados por Polydoro com este título. Um exemplo:

“(…) É aí que se evidencia o nosso dever inadiável, o dever de todo aquele que aspira uma sociedade melhor, uma humanidade mais justa. Se não quisermos passar a vida como uma sombra, que se confunde e desvanece com os últimos lampejos do [ilegível], e se quisermos afirmar com fatos as nossas ideias de emancipação e progresso social, nós, livre pensadores, socialistas, sindicalistas e libertários, temos o inelutável dever de dar todo o nosso esforço para a implantação da instrução racionalista que há de educar nossos filhos nos princípios que julgamos justos e equitativos.”<sup>63</sup>

Esta dedicação à construção de uma escola racionalista estava prestes a dar frutos com a reativação, em 1923, da *Sociedade Pró-Ensino Racionalista*, a qual contava com Polydoro como diretor. Vejamos, nesse sentido, parte de uma comunicação sobre o tema publicada no último número da *Revista Liberal*:

“Não foi em vão que a *Revista Liberal* apelou para as pessoas adeptas do ensino racionalista ou pelo menos que sentem a necessidade de dar às novas gerações uma educação e uma instrução mais de acordo com o nosso tempo. (...) A primeira Escola racionalista será em breve uma formosa realidade em Porto Alegre e a sua sombra acolhedora, reunir-se-ão novos elementos capazes de prosseguir a obra de remodelamento da mocidade, o que equivale a prepararmos um futuro melhor àqueles que nos sucederem na aspérrima luta pela vida.”<sup>64</sup>

---

<sup>61</sup> Para maior esclarecimento sobre as escolas de ensino livre no Rio Grande do Sul, ver CORRÊA; 1987.

<sup>62</sup> MARÇAL, 1995, p. 159.

<sup>63</sup> REVISTA LIBERAL, Porto Alegre, abril de 1921, p. 13.

<sup>64</sup> REVISTA LIBERAL, Porto Alegre, julho de 1923, p. 12.

Polydoro, entretanto, não viu seu sonho realizado, pois morreu um ano antes da reabertura da *Escola Moderna* em 1925.<sup>65</sup>

Assim, como foi dito, a *Revista Liberal* publicava artigos sobre o ensino racionalista assinados por Polydoro Santos. Quando se tratava de outros assuntos, que provavelmente poderiam render represálias diretas por parte da Igreja e do Estado, ele assinava com o pseudônimo Mario d'Albor. Estes textos nos mostram a luta travada pela personagem. Neles, o autor se dirige diretamente à classe trabalhadora em forma de apelo, para que esta se comprometesse com o projeto de construção da *Escola Racional*, além de escrever textos com caráter pedagógico que discutem a importância e a necessidade deste tipo de ensino na vida dos trabalhadores e trabalhadoras. A necessidade de uma *Escola Racional*, segundo o autor, estaria diretamente relacionada com a crítica constante às instituições formais de ensino monopolizadas pelo Estado e orientadas pela Igreja católica (a análise destes textos será exposta no próximo capítulo).

Os textos assinados por Mario d'Albor estão mais direcionados à crítica à Igreja e ao Estado; nestes fica explícita a ideia opressora que os anarquistas faziam destas instituições, principalmente da primeira. Em linhas gerais, podemos concluir que os textos de denúncia, tanto das instituições quanto da sociedade produzida por elas, são registrados com pseudônimo; enquanto que os identificados com seu nome verdadeiro estão relacionados à construção de uma nova sociedade.

A partir desta breve apresentação da trajetória de Polydoro Santos, podemos nos aproximar de uma compreensão dos principais objetivos da *Revista Liberal*. A promoção da educação era, sem dúvida, seu eixo de atuação. O que nós buscamos entender é quais foram as formas, os métodos, através dos quais se dava essa ação e quais suas metas mais amplas.

## **2.2. A Revista Liberal e o projeto de reorganização do movimento operário**

O movimento operário no Brasil, conforme já vimos, atuou progressivamente até 1917, ano da greve geral que mobilizou trabalhadores de todo o país. A partir deste evento, a repressão se tornou mais forte contra os trabalhadores organizados, tanto por parte do Estado, quanto por parte dos donos dos meios de produção, o que prejudicou a organização e mobilização do movimento. Foi durante as conjunturas de greve que o governo agiu mais violentamente contra o proletariado organizado. No que diz respeito especificamente à

---

<sup>65</sup> CORRÊA, 1987, p. 189.

imprensa, esta sofreu intervenções diretas, com o fechamento de redações de jornais operários, impedindo que esses circulassem entre os interessados, na tentativa de neutralização da classe trabalhadora<sup>66</sup>. No caso do Rio Grande do Sul, a ação repressiva do governo se mostrou mais acentuada nas mobilizações grevistas de 1919, chegando a fechar as sedes operárias onde aconteciam as reuniões de organização dos trabalhadores. Além da repressão do Estado, o contexto contou ainda com o avanço do socialismo comunista que, em disputa com o socialismo libertário, atuou em diversas greves do ano citado.<sup>67</sup> Tal conjuntura “interna”, somada à “externa”, decorrente da Revolução Russa, fez com que, a partir desse momento, os trabalhadores do Rio Grande do Sul e suas lideranças políticas fossem acompanhados de perto pela polícia e reprimidos mais energicamente. Entre as ações do governo nesse sentido, está a intervenção na circulação de *O Syndicalista*, órgão da FORGS, assim como a ocupação de sua sede e suspensão de suas atividades.

Como exposto no primeiro capítulo, em março de 1920 aconteceu em Porto Alegre o II Congresso Operário, ainda sob orientação anarquista. Neste evento, afirmou-se a necessidade de reorganização dos trabalhadores em torno dos sindicatos. Como resultado do Congresso, foi aprovada uma declaração de princípios, onde consta a missão de “educar espiritualmente as massas e congregá-las nas organizações econômicas de combate, para conduzi-las, por meio da ação econômica direta, que tem sua expressão mais elevada na greve social, para a luta (...)”<sup>68</sup>.

Partindo do pressuposto de que, no movimento anarquista, a educação é uma das principais formas de ação direta para a transformação da sociedade<sup>69</sup>, podemos deduzir, a partir do documento citado, uma relação entre o que foi discutido no referido Congresso e o surgimento da *Revista Liberal* no ano seguinte. Se, de forma geral, a imprensa operária atua diretamente na organização, politização e mobilização dos trabalhadores, a *Revista Liberal* surgiu na direção desses objetivos, embora seu foco recaísse sobre a ação pedagógica. Assim, enquanto os demais periódicos operários, como *O Syndicalista*, assumiam como objetivo principal fomentar a organização dos trabalhadores em torno dos sindicatos, a *Revista Liberal* tinha na formação dos sujeitos sua maior preocupação:

---

<sup>66</sup> JARDIM, 1990, 234.

<sup>67</sup> Para um maior entendimento do movimento operário no Rio Grande do Sul até a década de 1920, ver PETERSEN 2001.

<sup>68</sup> PETERSEN e LUCAS; 1992; p. 233.

<sup>69</sup> GALLO, 2005, p. 89.

“A REVISTA LIBERAL quer, pois, em nosso meio, e principalmente entre os trabalhadores, tornar-se o eco dessa evolução, o veículo das ideias que agitam os povos, a palavra que desperte a inteligência para o estudo das questões sociais e o órgão que diga que o trabalhador não tem só braços para trabalhar: possui igualmente um cérebro que pensa e raciocina (...).”<sup>70</sup>

O periódico se colocava, então, no campo de batalha contra a dominação e exploração dos trabalhadores. Dessa maneira, não apenas atuava como veículo de denúncia, mas principalmente como meio de educação para os operários. A partir de seus textos teóricos, por exemplo, incentivava o hábito do estudo e o questionamento das questões sociais que envolviam os trabalhadores.

O lugar da *Revista* neste meio certamente reside na proposta de formação dos trabalhadores, sem perder de vista a organização operária como principal meio de alcançar a transformação social, ao contrário, tendo sempre o objetivo de educar a geração subsequente no sentido de fortalecer a classe. Para que essa crescesse esclarecida, consciente de suas necessidades e pronta a continuar a luta que, na década de 1920 parecia estar perdendo a sua força, o grupo editorial direciona seus esforços à educação dos trabalhadores e de seus filhos.

A *Revista Liberal* se manifestava, então, de maneira peculiar no que diz respeito ao seu enfoque de ação, embora não se distanciasse do conjunto da imprensa operária, compartilhando muitas das características que acompanharam este tipo de publicação, desde a forma de redação até as dificuldades encontradas para sua sobrevivência. Ela circulou em Porto Alegre nos anos de 1921, 1922 e 1923, período de importante atuação dos periódicos operários. Foi mantida materialmente pelas assinaturas e contribuições voluntárias, e intelectualmente com artigos de vários operários e intelectuais adeptos da causa anarquista, assim como com traduções de textos teóricos. Com o objetivo de alcançar o maior número possível de leitores, anunciava, em seu segundo número, que “Metade da edição da revista será distribuída gratuitamente pelas associações operárias e liberais que solicitarem”<sup>71</sup>, fato esse que mantinha a revista dependente daqueles que a apoiavam, como, por exemplo, seu grupo mantenedor, que também não era fixo, variando de um número para o outro.

Estas questões são levantadas mais para que possamos compreender suas características e dificuldades materiais, pois seu conteúdo, ao menos no que se referente às questões pedagógicas, será analisado no próximo capítulo. Nos seus primeiros três números, ela era

---

<sup>70</sup> REVISTA LIBERAL, Porto Alegre, fevereiro de 1921, p.04.

<sup>71</sup> REVISTA LIBERAL, Porto Alegre, abril de 1921, p. 02.



composta por doze páginas; a partir do quarto, ela oscilou entre quatorze e dezesseis páginas. Tal aspecto indica que o periódico se fortaleceu com o tempo, o que pode revelar um possível aumento de sua aceitação pelo público. Nesse sentido, o grupo editorial esclareceu já no primeiro número que: “A REVISTA LIBERAL não contando com outro elemento de vida senão os que lhes queiram dar aqueles que julgarem útil a sua obra, manterá uma lista de contribuição voluntária permanente, do sucesso da qual dependerá o seu melhoramento progressivo”.<sup>72</sup> Porém, em contrapartida a esse possível melhoramento da revista, indicado pelo aumento de seu volume, o déficit orçamentário que se iniciou em seu terceiro número se manteve até o último, com exceção apenas do número 16, que voltou a ter saldo positivo, tornando-se novamente deficitário no seguinte. Esta situação fez com que fosse recorrente nas páginas da revista apelos do grupo editorial como o seguinte:

“CHAMAMOS a atenção dos nossos amigos para o déficit que aparece na secção competente e referente ao número 05 da REVISTA LIBERAL. Com o presente numero o déficit ascendera a proporções insuperáveis à nossa bolsa, pelo que lembramos a REVISTA vive só do auxilio que lhes queiram dar aqueles que reconhecem a utilidade de sua ação. Esperamos que as pessoas que receberem a REVISTA como assinantes, reconhecendo a necessidade de sua continuação, auxiliem [ilegível], inscrevendo-se como membros do Grupo Mantenedor, com uma cota voluntária por número. Por nossa parte, como veem os leitores, não poupamos esforços para melhorar a REVISTA, e torná-la digna de merecer o apoio que lhe for dispensado.”<sup>73</sup>

Esta característica deficitária em termos orçamentários era comum aos jornais operários, o que, entre outras, explica o curto período de sua circulação<sup>74</sup>. Em todo caso, tal dificuldade não parece ter sido a principal motivação para o fim da publicação do periódico, posto que o déficit de seu último número é relativamente pequeno se comparado a outros.

A *Revista* tinha periodicidade mensal, embora não tenha sido publicada todos os meses, o que provavelmente se deva a dificuldades de orçamento. Em 1922, a publicação alcançou seu auge, pelo menos no que diz respeito à quantidade: neste ano, foram publicados nove números.

Dos vinte números editados da revista, tivemos acesso a dezoito deles, o que nos possibilita traçar um perfil da publicação. Objetivando a formação de militantes, o periódico, além de publicar notícias nacionais e internacionais sobre o movimento operário, dedicava

---

<sup>72</sup> REVISTA LIBERAL, Porto Alegre, fevereiro de 1921, p.11.

<sup>73</sup> REVISTA LIBERAL, Porto Alegre, outubro de 1921, p. 02.

<sup>74</sup> PETERSEN, 2010, p. 119.

boa parte de seu espaço a artigos científicos, poesias e charges, demonstrando seu viés cultural e formativo, definindo assim seu público alvo: a classe trabalhadora. Ao analisarmos o conteúdo deste periódico, percebemos as recorrências que o caracterizava e que nortearam nosso estudo. Os textos sobre teoria anarquista marcam presença constante e constituem o material substancial da revista. Como o próprio nome do periódico sugere, não podemos perceber um alinhamento fechado à determinada corrente do anarquismo, sendo alimentado por textos e referências a diversos teóricos, com destaque para Kropotkin, Tolstoi e Malatesta. O antimilitarismo é um dos grandes pontos discutidos em praticamente todos os números. O cientificismo é igualmente um dos temas centrais da revista, bem como o seu contraponto: a Igreja católica e seus representantes. O ataque a essa instituição foi feito junto a praticamente todos os temas abordados, desde o sistema econômico que oprime o trabalhador, até a influência que ela tem sobre a educação. Dessa forma, percebemos que os textos relacionados com a educação, e não apenas os que tratam do ensino racionalista, buscam de alguma maneira fortalecer os trabalhadores na sua luta diária contra a opressão da Igreja, do Estado e do sistema econômico.

Segundo o que foi exposto, encontramos nas páginas da *Revista Liberal* um eco do movimento de reorganização do operariado gaúcho no início da década de 1920. Como já foi dito, diferente de outros periódicos anarquistas, que vinculavam suas ações sobretudo aos sindicatos, a *Revista* cumpria um papel ligado preponderantemente à formação dos trabalhadores, o que, no nosso entendimento, não deixava de ser uma ação política; tratava-se, pois, de uma atividade político-pedagógica.

### **2.3. Educação anarquista e Imprensa: uma estratégia política**

Para que possamos entender o significado da educação para os anarquistas é importante termos claro, pelo menos, alguns eixos de articulação desta vertente política; são eles: o questionamento da ordem social existente, o projeto de uma nova ordem social e o processo capaz de fundar essa nova ordem social.<sup>75</sup> A educação faz referência, especialmente, a este último eixo, tornando-se importantíssima no processo de revolução social, sendo abordada de maneira especial pelos teóricos do anarquismo. Para eles,

---

<sup>75</sup> LUIZETTO in.: MORIYÓN, 1989, p. 07.

“A educação é a função mais importante da sociedade (...). Aos homens só é necessário o preceito, à criança é necessária a aprendizagem do próprio dever, o exercício da consciência como do corpo e do pensamento”.<sup>76</sup>

Corroborando e aprimorando as ideias de Proudhon, encontramos concepções semelhantes em outros autores libertários como Bakunin, Kropotkin e Malatesta, mas optamos por aquele para demonstrar que a preocupação que os anarquistas tinham com a educação é tão antiga quanto suas primeiras formulações teóricas. O princípio desta educação seria a liberdade, tanto no seu exercício, quanto como seu objetivo. Em outras palavras, a sociedade almejada pelos anarquistas é solidária e plenamente livre<sup>77</sup> e, para alcançá-la, se faz necessária uma educação livre, capaz de desenvolver indivíduos autônomos e solidários. De maneira ampla, a preocupação com a formação do indivíduo não se manifesta apenas em teorizações, mas também em práticas que permitiram a acumulação de experiências em ambientes educacionais – não os denominamos de escolas, pois nem todos se enquadram nesta definição – desde o século XIX, e serviram de referencial para a clássica *Escola Moderna* de Francisco Ferrer y Guardia<sup>78</sup> - essa que se concretizou, entre os anarquistas, como a tendência pedagógica de maior repercussão no século XX. Segundo seu criador:

“A Escola Moderna tenciona combater todos os preceitos que impedem a emancipação total do indivíduo, e é por isso que ela adota o racionalismo humanista que consiste em inculcar na infância o desejo de conhecer a origem de todas as injustiças sociais a fim de que, por esse reconhecimento, ela possa, em seguida combater-las e opor-se a elas”.<sup>79</sup>

A proposta da *Escola Moderna* motivou a criação do movimento racionalista que se caracterizava principalmente por sua oposição à hegemonia da Igreja católica sobre os processos educacionais. Tal modelo de ensino se difundiu pelo mundo e foi a principal influência teórico-educacional da *Revista Liberal*, nosso objeto de estudo. Porém, as

---

<sup>76</sup> PROUDHON, apud. GALLO, 1995, p. 47.

<sup>77</sup> “(...) a liberdade não é compreendida pelos anarquistas de modo similar à concepção burguesa, que vê nela um fator individual e natural, e não como um fator coletivo e cultural, isto é produzido social e historicamente”. (GALLO, 1995, p.165)

<sup>78</sup> Francisco Ferrer i Guardia (1859-1909) - Educador espanhol de tendência anarquista que criou no início do século XX (1901) a *Escola Moderna*, em Barcelona. Devido ao atentado contra o rei Afonso XIII, em 1906, a Escola é fechada. Nesse período Ferrer deixa a Espanha e se dedica a divulgação da pedagogia racionalista. Em 1909, de volta a sua terra natal, o educador é preso e julgado culpado por todos os atos e episódios que constituíram a Semana Trágica (sangrento enfrentamento entre exército e a classe operária na região da Catalunha), sendo fuzilado em 13 de outubro deste ano.

<sup>79</sup> GUARDIA, apud. SAFÓN, contracapa.

experiências bem sucedidas de escolas de ensino livre não significam que elas sejam o único meio de educação para os libertários. Disseminar o saber entre os operários era absolutamente necessário, por isso, todos os meios deveriam ser mobilizados. Nesse sentido, os periódicos cumpriram papel essencial.

Como já foi colocado, a imprensa operária foi um veículo fundamental para os anarquistas na organização da classe trabalhadora, promovendo desde a discussão de ideias que orientavam ideologicamente os operários até o estímulo à resistência nos locais de trabalho<sup>80</sup>, além da publicação de denúncias em defesa dos trabalhadores contra os abusos patronais. Dessa forma, os periódicos cumpriam um papel político e cultural extremamente relevante no movimento operário, tornando públicas as angústias dos trabalhadores, ao mesmo tempo que os incentivava à luta<sup>81</sup>.

Portanto, a imprensa está sendo abordada neste trabalho, mais especificamente, na sua função educativa, onde daremos atenção maior aos textos que explicitam seu teor formativo, nos quais encontramos na instrução dos indivíduos e na disseminação do saber uma ação que se soma aos esforços do movimento operário na luta pela emancipação social. Nesse item, a imprensa será abordada de forma ampla, sendo que no próximo capítulo analisaremos propriamente a *Revista Liberal*.

Além das escolas livres, que pouco atingiam os trabalhadores em termos numéricos, o material contido nos periódicos anarquistas era importante fonte de estudo para aqueles que não tinham acesso a tais estabelecimentos escolares. Estes estudos poderiam acontecer nos Centros de Cultura Social, em bibliotecas mantidas pelos sindicatos e mesmo nas próprias fabricas, com a leitura coletiva dos textos publicados, ação que atingia inclusive os não alfabetizados.<sup>82</sup> Nesse sentido,

“A maioria dos operários havia trocado a escola pela fábrica e pela oficina aos seis ou sete anos de idade, para ajudar seus pais a sustentar a prole. Por isso os mais ilustrados tinham que ler os jornais e prospectos em voz alta, em grupo, nos locais de trabalho, às horas do ‘almoço’ ou nas sedes das associações para que a maioria de analfabetos pudesse ouvir, compreender as ideias, os métodos de luta, memorizá-los, assimilá-los”.<sup>83</sup>

---

<sup>80</sup> JARDIM, 1990, p. 09.

<sup>81</sup> Idem, p. 08.

<sup>82</sup> KASSICK, 2004.

<sup>83</sup> RODRIGUES, apud. KASSICK; 2004, p. 24.

Dessa maneira, não eram apenas as escolas que exerciam funções pedagógicas, mas também os centros de estudos e a própria imprensa anarquista, que cumpria, então, pelo menos três papéis: forneciam material de análise, divulgavam o ideal anarquista e mobilizavam o operariado. Assim, a imprensa se tornou um importante, se não o principal, subsídio para a educação dos trabalhadores.

Se o sindicato, segundo os anarquistas presentes no II Congresso Operário do Rio Grande do Sul, deveria ser a célula geradora da organização administrativa socialista do futuro<sup>84</sup>, a educação seria, provavelmente, o meio formador do operário que se organizava junto ao sindicato.

É a partir desta perspectiva que entendemos a *Revista Liberal* fazendo parte do projeto maior do movimento operário, sob orientação anarquista, que buscava a revolução social. Desse modo, os militantes e intelectuais ligados ao periódico entendiam que um dos primeiros passos a serem dados em tal direção era a emancipação através do saber, do conhecimento de si e do mundo. Isto se tornaria possível através da educação, da auto-educação e da co-educação, as quais se tornariam viáveis não apenas por meio das instituições formais de ensino, mas também da imprensa. Em uma conjuntura adversa à ação anarquista, a imprensa e a educação constituíam, juntas, uma estratégia política de resistência.

A partir do que foi dito até aqui, temos, então, um indicativo que nos ajuda a compreender a análise que será exposta no próximo capítulo sobre os meios utilizados pelos editores da *Revista Liberal* para sustentar as práticas libertárias no campo educacional nesta difícil conjuntura.

---

<sup>84</sup> PETERSEN, 1992, p. 232.

### 3. Ação direta: A *Revista Liberal* e sua atuação político-pedagógica

A construção de uma nova sociedade sempre foi o objetivo dos teóricos e militantes anarquistas: uma sociedade sem Estado, justa e igualitária. Para se chegar a essa meta, a educação, como estamos ressaltando ao longo de toda a monografia, foi um dos caminhos mais importantes adotados e percorridos por esses ativistas. Entre as práticas que caracterizam a atuação anarquista, a ação direta representa a sua principal tática de luta. Sendo que a revolução, na perspectiva anarquista, deveria ser construída pelas massas, fazia-se necessário que essas a desejassem a partir da consciência das contradições sociais a que eram submetidas. Foi no sentido de despertar esse desejo, para que as trabalhadoras e os trabalhadores conhecessem a origem das contradições sociais, que a ação direta de propaganda e educação atuou.

A *Revista Liberal*, desde seu primeiro número e ao longo de toda sua circulação, apresenta e sustenta os motivos de sua existência no âmbito desse projeto pedagógico:

“Queremos auxiliar essa evolução do povo elevando-lhe o nível moral e intelectual, pondo ao seu alcance a discussão e a exposição das questões sociais, de maneira que o esclareça, que o torne a par das ideias que se debatem nos meios intelectuais, que os faça refletir, discutir, comparar e deduzir, libertando-o do acervo das ideias falsas que se acha imbuído por uma educação tendenciosa.”<sup>85</sup>

No sentido de alcançar esses objetivos, a *Revista* propôs-se a fazer um estudo crítico da sociedade, fomentando o livre pensamento e o racionalismo, na perspectiva de educar e promover outros meios de educação no seio da classe operária. Assim, encontramos na *Revista* a ação político-pedagógica de orientar os trabalhadores no caminho da emancipação social, ao mesmo tempo em que fomenta a construção, pelos próprios trabalhadores, de espaços para o desenvolvimento da educação racionalista. Entre o vasto material que constitui o periódico, selecionamos os mais expressivos sobre a questão pedagógica, embora praticamente toda a revista pudesse ser analisada sob essa perspectiva. Contudo, em função do prazo destinado à realização da presente monografia, nos limitamos ao exame de alguns artigos para responder ao nosso problema de pesquisa: *quais as estratégias utilizadas pelos editores da Revista Liberal para sustentar as práticas libertárias no campo educacional, em uma conjuntura especialmente adversa à atuação anarquista?*

---

<sup>85</sup> REVISTA LIBERAL. Porto Alegre, fevereiro de 1921, p.04.

Assim, analisamos o discurso elaborado e manifestado nas páginas da *Revista*, entendendo que ele estava inserido numa relação de poderes com outros discursos. Retomamos, então, a noção de que o discurso não representa apenas a tradução das lutas sociais, mas aquilo pelo que se luta, pois é carregado do interesse de quem o produz, nesse caso, do operariado. Entendemos que os discursos revelam uma disputa de verdades que participam do jogo das relações de poder de forma desigual: “os discursos permeiam a sociedade e existe um desnivelamento entre eles”<sup>86</sup>. É no âmbito dessa disputa que compreendemos o conjunto do corpo textual da *Revista Liberal*, que tenta se afirmar como verdade. Assim, partimos da premissa, já citada, elaborada por Foucault, de que “todo o sistema de educação é uma maneira política de manter ou modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo”<sup>87</sup>, para entendermos como os editores, através do seu discurso, se encontram inseridos na luta pela afirmação de um discurso que tem por fim a emancipação do proletariado e a revolução social. Sendo o discurso a “reverberação de uma verdade nascendo”, ele foi analisado de forma a compreender essa verdade como uma proposta de exercício político-educacional, que se posiciona contra a realidade colocada (e, por vezes, imposta) aos trabalhadores e trabalhadoras, ao mesmo tempo em que sugere outra.

No primeiro item deste capítulo, analisaremos como o discurso proferido pela *Revista* se colocava frente às propostas educacionais da época, que se tornaram o seu oposto a ser combatido. No segundo, examinaremos quais as propostas e princípios pedagógicos libertários difundidos para combater esse “outro”. E, finalmente, procuramos entender como a *Revista Liberal* buscou, através da difusão do saber, uma forma de emancipação social, política e cultural dos trabalhadores.

### 3.1 - O combate ao clericalismo e ao ensino obrigatório

“Além dos ginásios oficializados, onde se ministra um ensino calcado nas injunções religiosas, incompatíveis com os nossos tempos, o clericalismo valendo-se da insuficiência de aulas públicas, da escassez de aulas noturnas ao alcance das classes pobres, multiplica as suas aulas paroquiais, para onde são atraídos os incautos, ávidos de instrução e que, em troca de umas escassas letras, dali saem com o cérebro embotado por uma série de absurdos inextricáveis.”<sup>88</sup>

---

<sup>86</sup> FOUCAULT, 2003. p. 22.

<sup>87</sup> Ibidem, p. 49.

<sup>88</sup> REVISTA LIBERAL, Porto Alegre, abril de 1921, p. 03.

A partir do fragmento acima, retirado da nossa fonte principal, podemos perceber como se posicionaram os editores da *Revista* frente ao contexto educacional do período. Para compreendermos o enunciado, é importante sabermos de que forma se davam as políticas estatais para a educação durante a República Velha, ao menos em termos gerais.

Acompanhando o processo de industrialização por que passava o país no final do século XIX e início do XX, a constituição da República de 1891 instituiu o sistema federativo de governo, consagrando também a descentralização do ensino, passando o controle do ensino primário aos estados da Federação<sup>89</sup>. A partir dos preceitos da Constituição Rio-Grandense, de cunho positivista, que determinava que o ensino deveria ser leigo, livre e gratuito, a instrução ficou entregue à livre iniciativa particular. Seguindo as iniciativas da jovem República, em substituição à educação humanista dada pela igreja católica, inicialmente pelos jesuítas e mais tarde – durante o período imperial – pelo clero secular, diversas tentativas de reforma procuraram elaborar uma educação enciclopedista e científica. No entanto, esse processo se deu de forma burocrática e não se apresentou de maneira prática nas instituições de ensino, que continuaram “sem transformações profundas, nas linhas do seu desenvolvimento tradicional, predeterminadas na vida colonial e no regime do império.”<sup>90</sup> Assim, o modelo político e econômico emergente, mesmo necessitando do aparelho escolar como instrumento para estabelecer a nova ordem aspirada, pouco deu conta de fazer uma renovação educacional profunda, que atendesse tanto à demanda social, quanto às novas necessidades que exigiam a economia em transformação. Ao seu turno, a igreja católica encontrou formas de se manter ativa nas instituições educacionais, ao mesmo tempo em que criava outras. As palavras a seguir tratam desse processo:

“Para fazer frente à laicidade do sistema público de ensino, o episcopado brasileiro investiu as suas melhores energias institucionais no estabelecimento de uma rede de escolas católicas no território nacional. O fator de decisivo êxito da Igreja Católica no campo educacional foi a atuação das ordens e congregações católicas, masculinas e femininas, de origem europeia (...). A entrada de ordens e congregações católicas intensificou-se após a promulgação da Constituição de 1891, que contornou o anticlericalismo radical dos primeiros meses do regime republicano, permitindo maior liberdade à Igreja Católica. (...). A Igreja Católica envidou esforços para fundar desde escolas paroquiais até universidades católicas (...). Por outro lado, o

---

<sup>89</sup> Como padrão do novo regime estabelecido, a República, se fez presente a preocupação com a educação, no sentido de formar sujeitos identificados e comprometidos com a Nação almejada, e que, portanto, correspondessem a suas necessidades prementes de modernização, industrialização e liberalismo comercial, entre outras.

<sup>90</sup> AZEVEDO apud ROMANELLI, 2005, p. 43.



episcopado brasileiro procurou, de modo diplomático e decidido, reintroduzir o ensino religioso – ou melhor, a doutrina cristã – no sistema público de ensino e incentivou os professores católicos a realizarem o curso normal e prestarem concursos públicos para recatolicizar a cultura escolar republicana e laica.”<sup>91</sup>

Frente aos esforços da Igreja e a incapacidade do Estado em se contrapor a eles, posicionaram-se, como veremos, os editores da *Revista*, em uma verdadeira batalha contra a ordem religiosa e o indiferentismo estatal.

A partir desse breve resgate da forma como se dava o ensino na Primeira República, podemos nos voltar ao discurso veiculado nas páginas da *Revista Liberal*, para assim compreendermos de que forma o projeto pedagógico de seus editores e articulistas se posicionava diante das propostas educacionais da época.

Voltando ao texto do periódico, de onde foi retirado o fragmento acima, identificamos uma crítica ao ensino religioso que então dominava as instituições públicas, deixando, na visão libertária, a população sem opção e à mercê do dogmatismo católico. Chama-se a atenção também para a falta de aulas noturnas, o que impossibilitaria os trabalhadores de estudarem, tendo por instrução apenas as aulas dominicais. Dessa forma, o dogmatismo religioso conseguiria, na visão do periódico, alcançar a todas as camadas da sociedade, fato que se agravava com sua influência sobre o(a)s professore(a)s católico(a)s que submetiam os alunos às práticas próprias desse credo, desde a formulação do material didático até o calendário escolar que era pautado pelas comemorações religiosas. Estes fatores contrariavam, inclusive, como já havíamos dito, a Constituição, que estabeleceu a liberdade de culto e o ensino laico. Segundo o texto legal: “Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum” e “Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos”.<sup>92</sup> Contudo, na prática, ficariam as crianças sem liberdade de escolha ao serem criadas dentro dos preceitos católicos, pois teriam como referências culturais somente os ensinamentos propagados nesses estabelecimentos. A *Revista* discutiu, então, o papel do educador que, ao invés de promover a liberdade e o livre pensamento, coagia os estudantes, impondo-lhes a moral católica. Questionava, enfim, o que significava essa liberdade de culto, da qual se aproveitou a igreja católica para intervir nos processos de

---

<sup>91</sup> DALLABRIDA, 2005, p. 78 e 79.

<sup>92</sup> Parágrafos 3<sup>a</sup> e 6<sup>o</sup>, artigo 72 da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891). Disponível em [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm), consultado em novembro de 2011.

ensino-aprendizagem. Tudo isso foi visto como contrário às leis da República e aos princípios democráticos que deveriam regê-la.

A interpretação que se faz desse discurso é que, diante de um contexto republicano relativamente recente, os redatores se valiam das próprias prerrogativas do novo regime político para defenderem o livre pensamento; afinal, se comparado ao passado monárquico, aquele se revelava bem mais tolerante à pluralidade educacional. Nesse sentido, criticavam a república implantada por não garantir de fato o que foi estabelecido pela legislação. Não há, portanto, nesse artigo, uma crítica ao Estado republicano brasileiro propriamente dito, mas sim à maneira como ele se manifestava no campo educacional.

Os artigos direcionados à igreja católica estão presentes em praticamente todos os números da *Revista*; veremos em seguida a denúncia da constante tentativa dessa instituição de oficializar a sua religião, o que representava para os libertários um grande retrocesso no processo de constituição da República:

“As repetidas tentativas que fazem os representantes do catolicismo, valendo-se da inconsciência de políticos sem princípios, para oficializar entre nós a religião católica, merece a atenção de todos aqueles que prezam a liberdade [de] pensar como uma das mais grandiosas conquistas dos princípios democráticos triunfantes em todo o mundo. (...) o romanismo direta ou indiretamente impõem suas práticas, os seus dogmas, a sua coreografia às coletividades, pretendendo emprestar a todos os atos oficiais um cunho de religiosidade espalhafatosa e ridícula”.<sup>93</sup>

Revela-se, nesse e em outros textos publicados no periódico libertário, o inimigo mais direto da emancipação humana na visão de seus redatores: a igreja católica, que representa não apenas um retrocesso científico, mas também político, sendo que estava quase sempre relacionado à monarquia. A *Revista* fez um diagnóstico das possibilidades de penetração do discurso e, seguidamente, das práticas católicas em diversos âmbitos da vida humana. Visto que esse discurso era historicamente dominante na sociedade ocidental, buscou, então, na educação um remédio para tal “mal”. Assim, nesse sentido, afirmou que “nem todo o católico é ignorante, mas todo ignorante é católico”.<sup>94</sup>

A igreja católica foi, portanto, sem dúvida, considerada como a principal força a ser combatida para que se pudesse realizar uma educação adequada aos trabalhadores, trabalhadoras e seus filhos. No entanto, as instituições educacionais, então vigentes, também não eram bem vistas por aqueles que defendiam uma educação a favor da classe trabalhadora

---

<sup>93</sup> REVISTA LIBERAL, Porto Alegre, maio de 1921, p. 03.

<sup>94</sup> REVISTA LIBERAL, Porto Alegre, maio de 1921, p. 04.

desde a perspectiva libertária. Vemos assim que as políticas educacionais da República mereceram igualmente uma crítica severa. Em um texto intitulado “O Ensino Obrigatório”, por exemplo, observamos como se posicionou discursivamente a *Revista* sobre esse assunto:

“Ao nosso ver, porém, o ensino obrigatório será um novo fardo imposto principalmente às classes pobres, mas não resolve o problema porque visa anular o efeito de múltiplas causas [do analfabetismo] que, a despeito da obrigatoriedade, permaneceram e antes tendem a se agravarem. (...). Quer dizer que o mal do analfabetismo é extinguível e deve ser extinto, não pelo ensino obrigatório que nada resolve, mas pelo combate inteligente às causas que o determinam.”<sup>95</sup>

As causas apontadas pelo periódico que determinariam o analfabetismo eram a deficiência escolar, a monotonia da escola, a pobreza dos pais e a necessidade de as crianças terem que trabalhar para garantirem sua alimentação. Logo, se percebe que a causa do analfabetismo não residia, na visão desse grupo de libertários, apenas na falta de escolas ou de ensino obrigatório, mas principalmente nas necessidades básicas materiais de sobrevivência. Assim, acusavam os editores, que os adeptos do ensino obrigatório não atentavam para essas causas e queriam inculcar o ensino como mais uma obrigação civil, como o serviço militar e a vacinação. Propunham-se, no texto citado, soluções para parte desses problemas: no plano financeiro e no pedagógico, que se pagassem melhor os professores e que esses tivessem uma formação pedagógica calcada no método racionalista; quanto à questão da pobreza, não havia alternativas possíveis, visto que essa era a condição para o funcionamento da atual sociedade. Afirmava-se, então, que essa última necessidade, que o governo não teria condições de resolver, os trabalhadores aos poucos a solucionassem pela organização e convergência de esforços. Portanto, no projeto pedagógico anarquista, havia propostas para serem implantadas na sociedade capitalista vigente e outras que dependiam da sua superação.

Ainda sobre a responsabilidade do Estado relativa à educação e a forma como a utilizava, o periódico ressaltou:

“Muita gente há que pergunta o motivo porque é tão lento o progresso das sociedades humanas. Unicamente à falta de instrução se pode atribuir tamanho atraso. Ainda que a afirmação horrorize os pacatos, direi que é preferível que em um país haja milhares de homicidas e ladrões do que se contem milhares de analfabetos. Porque não há crime que a ignorância não sancione. De quem a culpa dessa falta de instrução? O Estado como o expoente das classes dirigentes que sabem que no dia em que todos os homens saibam pensar acabará a sua idade de ouro.”<sup>96</sup>

---

<sup>95</sup> REVISTA LIBERAL, Porto Alegre, agosto de 1921, pp. 03 e 04.

<sup>96</sup> REVISTA LIBERAL, Porto Alegre, abril de 1923, p. 09.

A partir do exposto, podemos nos ater a algumas questões que pontuam grande parte do discurso da *Revista* em relação à educação oferecida à população pobre de Porto Alegre durante a Primeira República. Vimos, então, que o Estado, em relação à educação dos trabalhadores e trabalhadoras, não apenas era negligente, na perspectiva do periódico, como havia dado oportunidade à igreja católica de continuar atuando como a principal influência moral da população. Assim, embora grande parte da elite política e intelectual da República Velha acreditasse no avanço da Nação com base no “progresso” e na “civilização”, inspirada na cultura positivista e cientificista, não se viam os ecos dessa “evolução” no referente à educação. A partir dessa realidade, notamos os editores da *Revista* direcionarem grande número de artigos, charges, anedotas e poemas contra a instituição católica, a qual, segundo eles, foi a principal fonte de (de)formação moral da sociedade do período. Um exemplo:



“- Muito bonito! Você, que por acoação de seu último aniversário entronizou em nossa sala o Sagrado Coração de Jesus, com a presença de sua excelencia reverendíssima; você pregador de moral e futuro festeiro do divino, - com a carta de uma amante no bolso!...

- Ah! Filha! Eu sigo os preceitos de nossa santa religião! Faça o que eu digo, e não olhes o que eu faço...”<sup>97</sup>

A partir da charge, seguida da anedota, podemos identificar, mais uma vez, como os editores da *Revista* entendiam a influência da igreja na formação moral dos trabalhadores e trabalhadoras. O catolicismo, como pudemos observar em diversos textos, imprime, segundo a *Revista*, uma falsa moral na sociedade, o que entre outras ações, contribui para a (de)formação dos indivíduos em seus diferentes âmbitos de vida.

Este posicionamento frente à igreja católica não foi exclusivo dos militantes anarquistas do RS e do Brasil. Principalmente quando se trata da questão da educação, vemos, neste contexto, no pensamento libertário como um todo, a orientação católica posicionada como a grande inimiga da emancipação humana.

---

<sup>97</sup> REVISTA LIBERAL, Porto Alegre, maio de 1922, p. 15.

Diante dessa atuação cultural, social e política da Igreja católica, os libertários colocavam a ciência e o racionalismo como os meios reais de livrar a humanidade do jugo da servidão. Tal discurso cientificista foi recorrente, durante o período tratado, entre os militantes do movimento operário. Inspirados no contexto europeu, muitos ativistas sociais brasileiros procuraram na ciência uma explicação e uma solução racional para os problemas da desigualdade social: “Afinal, em um contexto em que a crença no progresso e nos poderes ilimitados da ciência era hegemônica, muitos militantes, das mais diversas correntes ideológicas, procuraram interpretar a realidade local e justificar suas concepções políticas a partir de ‘critérios científicos’”.<sup>98</sup>

A fim de reverter o quadro apresentado acima, um dos maiores objetivos do grupo que publicou a *Revista Liberal* foi a promoção do ensino racionalista, tendo como principal vetor dessa realização a construção de uma *Escola Moderna*. Isso é o que veremos no próximo item.

### **3.2 – O ensino racionalista como elemento de luta no movimento operário**

“Sob o ponto de vista racionalista cada escola deve ser o núcleo de onde irradie a luz fulgurante de ideias capazes de tornarem os homens bons dentro de uma sociedade boa. O ensino racionalista afigura-nos como o único reativo possível a educação calcada nos dogmas religiosos, políticos e sociais que, desviando por um erro inicial, os seres humanos do caminho que lhes deveria ser traçado por um conhecimento perfeito das leis naturais, teve como resultado o caos atual em que a humanidade tateia em busca de um equilíbrio que nem a religião nem o Estado lhe pode oferecer. (...)”<sup>99</sup>

Este fragmento de um artigo publicado na *Revista Liberal* nos permite conhecer melhor os objetivos propostos pela educação racionalista, método defendido pelos editores do periódico. O ensino racionalista foi proposto pelo espanhol Francisco Ferrer y Guardia, entre o final do século XIX e início do XX. O objetivo desse pensador era criar um meio para que crianças e adultos tivessem acesso aos conhecimentos que revelassem os malefícios dos poderes abusivos e da injustiça social, tanto do Estado, quanto da igreja. A educação proposta era baseada no conhecimento científico e no livre pensamento, sendo que, através do saber e

---

<sup>98</sup> SCHIMIDT, 2001, p. 114.

<sup>11</sup> REVISTA LIBERAL, Porto Alegre, outubro de 1922, p. 11.

<sup>99</sup> REVISTA LIBERAL, Porto Alegre, fevereiro de 1923, p. 05.

da liberdade, os educandos compreenderiam as causas e os mecanismos de opressão e poderiam, assim, por eles mesmos, se levantarem contra a dominação capitalista.<sup>100</sup>

Certamente as ideias de Ferrer foram as que tiveram maior influência sobre o projeto de educação defendido pelos militantes da *Revista Liberal*. No entanto, vale salientar que as ideias de educação anarquista, desde Willian Godwin<sup>101</sup>, foram partes constituidoras do projeto pedagógico que triunfou a partir das *Escolas Modernas*. Nesse sentido, torna-se importante remetermo-nos, ainda que rapidamente, a alguns autores que contribuíram para o projeto pedagógico libertário.

Reconhece-se, como uma das primeiras contribuições para uma educação libertária, a crítica feita por Godwin ao ensino nacional em 1793. Nesse momento, o autor criticava o ensino nacional pelo seu caráter de imobilismo, que impossibilitava qualquer tipo de mudança, além de ser castrador da natureza criativa do ser humano e inculcador de crenças ultrapassadas. Sendo assim, esse tipo de educação não privilegiava o desenvolvimento intelectual, tornando o ser humano incapaz de pensar por si mesmo.<sup>102</sup> No século XIX, temos, na contribuição de Pierre Joseph Proudhon<sup>103</sup>, um olhar voltado à questão do trabalho. Neste sentido, o filósofo compreende que tanto o saber intelectual quanto o trabalho manual são geradores do conhecimento humano, dando a essa espécie o princípio de sua existência. Sobretudo, Proudhon ressalta a necessidade dos indivíduos poderem gerenciar com autonomia seu próprio processo de instrução, longe do controle do Estado e da Igreja. Defende, então, a “politécnica da educação” que prevê a emancipação intelectual como premissa para outros meios de emancipação, capaz de liberar o ser humano da exploração à qual se encontra submetido.<sup>104</sup> O pensamento desenvolvido até então teve continuidade na obra de Michael Bakunin<sup>105</sup>, que corrobora com a não divisão entre educação intelectual e manual, desenvolvendo os termos para uma instrução integral. Este autor destacou, ainda, a

---

<sup>100</sup> É possível encontrar alguma literatura sobre o tema do Ensino Racionalista de Francisco Ferrer i Guardia especificamente. Alguns exemplos que tivemos acesso: SAFÓN, 2002; GUARDIA, 1976.

<sup>101</sup> Willian Godwin (1756-1836), figura destacada da história da literatura inglesa e também da história do pensamento anarquista.

<sup>102</sup> WOODCOCK; 1977, p. 250.

<sup>103</sup> Pierre Joseph Proudhon (1809-1865), filósofo anarquista, foi o primeiro a utilizar o termo anarquista sem seu caráter pejorativo e teve participação ativa na criação da Primeira Internacional.

<sup>104</sup> CORRÊA, 1987, p. 22.

<sup>105</sup> Michael Alexandrovich Bakunin (1814-1876), filósofo e teórico do anarquismo. Ativista político, liderou a corrente que se opunha a Marx na Primeira Internacional.

importância da liberdade infantil no processo educativo, como condição social necessária a seu desenvolvimento. Das ideias apresentadas até aquele momento, surgiu, no final do século XIX, em Paris, um movimento educacional libertário, o “Comitê para o ensino anarquista”, composto por Peter Kropotkin, Eliseu Reclus, Carlos Malato, Leon Tolstoi, Louise Michel e Jean Grave, entre outros. De acordo com este grupo, a educação deveria ser integral, racional, mista e libertária. Dessa forma, ao ensino caberia proporcionar um desenvolvimento harmonioso entre as capacidades intelectuais e manuais; ser fundamentado na razão e na ciência, ao invés da fé religiosa; ser realizado com a co-educação dos sexos, envolvendo conjuntamente meninos e meninas; tendo por objetivo final a formação de seres livres. Para se chegar a esta síntese do que deveria ser a educação adequada, foram considerados os pensamentos e os movimentos pedagógicos de cada participante do Comitê; no entanto, por falta de espaço e tempo, não teremos como bordar aqui cada um desses pensadores, restando-nos realizar apenas um resumo de suas ideias. Cabe salientar que, seguidamente, apareceram nas páginas da *Revista* referências a estes teóricos, principalmente a Kropotkin, Reclus e Tolstoi.

Como vimos até agora e continuaremos a enfatizar, as contribuições dos anarquistas para a elaboração de um projeto pedagógico e revolucionário foram constituintes da proposta de ensino racionalista formulada por Ferrer e adotado pelos editores da *Revista Liberal*. A metodologia racionalista, no século XX, representou a tendência pedagógica libertária de maior repercussão, influenciando o ensino anarquista em diversos locais do mundo. O movimento provocado pela *Escola Moderna* de *Barcelona* em 1901 se caracterizou, principalmente, por sua oposição à hegemonia da Igreja sobre o sistema educacional, pois “Se a Espanha não era a filha mais velha da Igreja, ela era ao menos a irmã inquisitorial”.<sup>106</sup> Esta realidade espanhola, no período, era semelhante à brasileira, que, embora se constituísse em uma República, com uma constituição que previa um Estado laico, carregava pesadas heranças de seu passado imperial, entre essas, a influência da igreja católica em diversas instituições. No sentido de combater o ensino religioso e a negligência do Estado frente a isso, veremos os esforços dos editores, através das páginas da *Revista Liberal*, muito direcionados à construção de uma *Escola Moderna* em Porto Alegre<sup>107</sup>:

---

<sup>106</sup> SAFÓN, 2003, p. 12.

<sup>107</sup> Cabe salientar que esta não foi a única experiência de escola livre em Porto Alegre levada a cabo por iniciativa do movimento operário sob orientação anarquista. Foram fundadas também outras escolas com a perspectiva de oferecer aos trabalhadores uma alternativa ao ensino oferecido pelo Estado, sobretudo diante da baixíssima oferta de instrução formal, a saber: Escola Eliseu (1906), Escola Operária da FORGS (1915) e Escola Moderna dos Navegantes (1914).

“Ao observador menos descuidado não passa despercebido o desgarramento lamentável da nossa instrução popular para o domínio de um espírito de seita, plasmando o cérebro da mocidade na estreiteza de dogmas obsoletos e incongruentes. (...). Aqueles que consideram um dever social furta a mocidade à influência deletéria de uma educação falseada em seus princípios e fins, impõem-se a necessidade premente e inadiável de reagir; aqueles que não querem, direta ou indiretamente, entregar seus filhos à sombria educação clerical, é forçoso que tomem uma iniciativa que evite tal descalabro. Ressalta a necessidade de uma Escola Racionalista. Um estabelecimento de instrução e educação racionalista seria o núcleo de onde poderia irradiar, abrangendo a cidade e depois o estado e quiçá o país, os princípios de uma educação racional e lógica, correspondendo aos nossos tempos e preparando a mocidade para enfrentar resolutamente a luta pela vida.”<sup>108</sup>

Este texto, intitulado “Uma Escola Racionalista em Porto Alegre”, marca o início de uma série de artigos com esse apelo, direcionados aos trabalhadores. Estas matérias referentes ao ensino racionalista trouxeram, ao longo dos três anos de circulação da *Revista*, um discurso calcado na necessidade do estabelecimento de uma *Escola Moderna* na capital. Tratava-se, na verdade, de retomar o projeto iniciado em 1916 com a fundação da *Sociedade Pró-Ensino Racionalista* e da *Escola Moderna*. O referido projeto foi uma iniciativa de grupos anarquistas de Porto Alegre, a saber, a *União operária Internacional* e o *Centro de Estudos Sociais*. A partir de discussões promovidas por esses coletivos, levantou-se a necessidade de um estabelecimento que promovesse o ensino racionalista o mais próximo possível ao desenvolvido na *Escola Moderna de Barcelona*. O que atribuímos a esse discurso é a posição de formador de opinião, ao menos junto a certas parcelas da classe operária, pois, ao longo desses anos, o projeto da escola foi sendo construído através de uma tentativa de diálogo direto com os leitores da *Revista*. A *Escola Moderna* (a primeira) de Porto Alegre funcionou no período de 1916 a 1919, tendo sido fechada, principalmente, por falta de recursos financeiros. Desde então, emergiram esforços para reabilitar este projeto. É muito provável que o surgimento da *Revista Liberal* tenha sido o primeiro passo nesse sentido, seguido da refundação da *Sociedade Pró-Ensino Racionalista*, em 1923, e da *Escola Moderna*, em 1925.<sup>109</sup> Polydoro Santos, que fez parte de todo esse processo desde 1916, assinou a maior parte dos textos publicados na *Revista* referentes a tal questão, ladeado por outros militantes do movimento operário que editavam a revista.

---

<sup>108</sup> REVISTA LIBERAL, Porto Alegre, outubro de 1921, p. 08.

<sup>109</sup> No estatuto da Sociedade Pró-Ensino Racionalista, fundada em abril de 1916, estava previsto a publicação de uma revista que difundiria os fins dessa entidade e editaria livros didáticos de acordo com o programa racionalista (CORRÊA, 1987, p. 168).



Tendo em vista que um dos principais motivos da existência do periódico foi a promoção do ensino racionalista em Porto Alegre, observemos, no texto abaixo, parte das tentativas, através do discurso, de convencer os trabalhadores e trabalhadoras da necessidade desse recurso como mais uma forma de combater a exploração:

“O ensino racionalista não está filiado à seita alguma de ordem social ou religiosa. É um método de ensino, método em toda a acepção da palavra: o conjunto de meios, os mais curtos e mais seguros para se chegar à verdade. (...). Se por ele nós fomos levados a negar certas noções que fundamentam a constituição atual da sociedade, não quer isto dizer que ele [o método] esteja na dependência das facções que hoje negam essas noções. Ser, pois, racionalista não implica de modo algum ser anarquista, ou antipatriota, ou coisa que o valha. Evitemos confusão. (...)”<sup>110</sup>

A preocupação expressa no trecho transcrito acima reside em explicar o método de ensino utilizado na *Escola Moderna* e sua contraposição àquele vigente nas escolas católicas. Nesse sentido, isenta-se o projeto do ensino racionalista de dogmatismo – que estaria muito presente no ensino religioso –, enfatizando-se o princípio da liberdade como única regra a ser seguida. Tal preocupação em esclarecer que o ensino racionalista não era sinônimo de anarquismo estava, provavelmente, ligada ao interesse em expandir sua difusão para além dos adeptos dessa doutrina. Consideramos importante expor esta opinião, mesmo não fazendo parte das “regularidades discursivas” que percebemos nas páginas da *Revista*, por nos parecer mais uma estratégia do que a negação dos métodos anarquistas de luta em prol da revolução social.

Corroborando com a ideia de peculiaridade do fragmento antes citado, mais adiante, constatamos, em outro artigo, a ideia da necessidade dos militantes/educadores se colocarem em defesa de uma sociedade mais justa. Neste caso, afirma-se que o ensino dito “neutro” era um desrespeito e precisava ser combatido:

“(...) Há também quem fale em ensino neutro. Contra este é preciso protestar energicamente em nome do respeito que a infância nos merece. Neutralidade entre o erro tradicional e a verdade científica supõe um equilíbrio impossível entre as crenças que se vão desvanecendo a cada instante e os conhecimentos que incessantemente avançam; a essa impossibilidade há de juntar a injustiça de incutir nas crianças o mesmo respeito pelo errado e não como pelo verdadeiro e bom. (...)”<sup>111</sup>

Mesmo que não se trate explicitamente no texto da questão da neutralidade política, ao se criticar a ideia de que todas as posições devem ser igualmente ensinadas (tanto as

---

<sup>110</sup> REVISTA LIBERAL, Porto Alegre, outubro de 1921, p. 10.

<sup>111</sup> REVISTA LIBERAL, Porto Alegre, outubro de 1922, p. 13.

“verdadeiras” como as “dogmáticas), implicitamente é disso que está se falando, levando em consideração que quem escreveu o texto foi uma pessoa que esteve diretamente relacionada a Ferrer e suas ideias.<sup>112</sup> Além disso, mesmo que o criador da *Escola Moderna* nunca tenha se declarado anarquista, sabemos que foi através do contato com militantes ácratas, durante seu exílio na França, que ele formulou seu programa pedagógico.

Sem dúvida, a maior preocupação dos incentivadores do ensino racionalista era a emancipação da humanidade do jugo da exploração. As ideias que aparecem em seus discursos vão no sentido de esclarecer do que se trata esta pedagogia e quais os benefícios que ela traria à sociedade. Assim, ao longo da publicação da *Revista Liberal*, sempre aparecem textos explicativos sobre a *Escola Moderna* e a metodologia de ensino formulada por Ferrer. O fragmento a seguir exemplifica esta questão:

“(…) a educação racionalista combate todos os preconceitos que impedem a emancipação total do indivíduo; por isso procura desenvolver nas crianças o desejo de conhecer a origem de todas as injustiças sociais, para que, conhecendo-as, possam combatê-las e vencê-las. O nosso racionalismo combate a guerra fratricida, interna ou externa, a exploração do homem pelo homem, a escravidão da mulher; combate todos os inimigos da harmonia humana: a ignorância, a maldade, o orgulho entre outros vícios que concorrem para manter os homens divididos em oprimidos e opressores.”<sup>113</sup>

O trecho expressa a tendência pedagógica que o periódico defendeu, e isso não se evidencia apenas nesse artigo, mas em vários outros que fazem referência à *Escola Moderna*.

Para melhor compreendermos o empreendimento do ensino racionalista como uma iniciativa inserida nas lutas do movimento operário, é interessante lermos a *Carta de Declaração da Escola Moderna de Barcelona*, publicada e defendida na *Revista Liberal*:

“É triste ver e ouvir certas pessoas que exercem o ensino ou que se ocupam especialmente da questão social, criticar os sistemas de educação em vigor, propondo outros métodos que nada diferem dos que suscitam a sua cólera. Propõem-nos ou a chamada verdade absoluta do ensino, que apenas aproveita as congregações religiosas e que ninguém pode fora delas, ou então o monopólio pelo Estado. A Escola Moderna de Barcelona julga que os livres pensadores de boa fé erram o caminho quando não encaram a questão sob o único ponto de vista que ela abrange. A verdadeira questão, a nosso ver, consiste em servirmo-nos da escola como o meio mais eficaz para chegar à emancipação completa, isto é: moral, intelectual e econômica da classe operária. Se todos estamos de acordo em que a classe operária, ou melhor ainda a humanidade em geral, nada deve esperar de um Deus ou de um poder sobrenatural qualquer, temo que substituir esse poder por uma outra entidade, o Estado, por exemplo? Não, a emancipação proletária só pode ser obra direta e

---

<sup>112</sup> Trata-se de Soledad Villafranca, assistente e companheira de Ferrer na Escola Moderna de Barcelona.

<sup>113</sup> REVISTA LIBERAL, Porto Alegre, outubro de 1922, pp. 03 e 04.

consciente da própria classe operária, da sua vontade de ser instruir e de saber. O povo trabalhador se continuar na ignorância permanecerá escravizado pela Igreja e pelo Estado, isto é pelo Capitalismo representando essas duas entidades. Pelo contrário, se se inspirar na razão e na ciência, o seu interesse bem compreendido breve o impelirá a pôr termo a exploração, afim de que o trabalhador possa se tornar arbitro dos destinos humanos. Trata-se por conseguinte, a nosso ver, de por, antes de tudo, a classe operária em estado de compreender estas verdades. A medida que nos sindicatos essas verdades elementares vão penetrando cada vez mais entre os trabalhadores adultos, tentemos faze-las entrar igualmente nos cérebros das crianças e dos adolescentes. Estabelecemos um sistema de educação pelo qual o homem possa chegar a conhecer, de pressa e bem, a origem da desigualdade econômica, a mentira religiosa e o malefício do patriotismo guerreiro e as rotinas familiares e todas as demais que o retém na escravidão. Não é o Estado, expressão da vontade de uma minoria de exploradores que pode ajudar-vos a atingir este objetivo. Essa ilusão seria a pior das loucuras. Se quereis bons comerciantes, hábeis guarda-livros, funcionários peritos, gente que só pensa em garantir o seu futuro sem se preocupar com o dos outros, dirigi-vos ao Estado, à Câmara do Comércio e a todas as ligas ou sociedades patrióticas, mas se quereis preparar, como deveis querer, um futuro de fraternidade, de paz e de felicidade para todos, dirigi-vos a vós mesmos, aqueles que sofrem com o regime atual, e fundai escolas como a nossa onde possas ensinar todas as verdades adquiridas. E que vos importa o apoio do Estado se podeis enfim ser senhores em vossa casa e ter a certeza de que, em um futuro pouco afastado, havereis criado gerações conscientes, que já não seriam instrumentos de tirania, mas seres livres resolvidos a viver dignamente no bem estar geral de uma verdadeira solidariedade humana?”<sup>114</sup>

Podemos concluir, a partir do exposto até aqui, que os esforços dos editores da *Revista Liberal*, através da promoção do ensino racionalista, inseriam-se no projeto de reorganização do movimento operário então em curso. Dessa forma, entre greves, congressos, festejos e demais atividades propostas pelos trabalhadores organizados no período, o método pedagógico ganhou relevância como forma de sustentar a luta dos trabalhadores e a defesa de uma sociedade igualitária. Acreditavam os anarquistas que a transformação social só poderia ser real e sólida se partisse da vontade dos indivíduos. E o caminho mais adequado para se chegar a esse entendimento era a educação, logo, ela deveria ter um papel central no programa revolucionário. É a partir desse prisma que analisaremos outra faceta do discurso da *Revista* no próximo capítulo: a educação como forma de emancipação social.

Cabe antes reafirmar que não podemos atribuir os discursos presentes nas páginas da *Revista Liberal* às vontades de todo o movimento operário do período, pois sabemos de sua heterogeneidade e mesmo das disputas por sua liderança, já salientadas anteriormente. Entendemos também que as propostas expostas na publicação são, antes de tudo, tentativas de construção de uma verdade para os trabalhadores e trabalhadoras. Essa forma de luta, pela persuasão, pelo esclarecimento de como funciona a sociedade e seus mecanismos de

---

<sup>114</sup> REVISTA LIBERAL, Porto Alegre, outubro de 1922, p.11.

dominação, era a tônica das formas de atuação do movimento anarquista como um todo, não tendo sido diferente no movimento operário brasileiro e sul-rio-grandense.

### **3.3 - O conhecimento como via de emancipação social**

A luta sindical, que, como foi visto no capítulo 1, estava fragilizada nos primeiros anos da década de 1920, não foi o único meio de congregar as aspirações dos trabalhadores organizados naquele contexto. Também não foi somente neste momento que a educação dos operários mereceu um olhar especial por parte dos militantes anarquistas. Sabemos dessa preocupação pelo menos desde 1895, ano da criação da primeira escola por militantes operários, entre eles os anarquistas, no Rio Grande do Sul: a Escola da União Operária, em Rio Grande. Mas, para entendermos como o processo educativo faz parte do projeto de Revolução Social libertário, é necessário que compreendamos melhor esse projeto.

Na concepção anarquista, a revolução social deveria se dar a partir das vontades de cada indivíduo, sem a mediação de um governo revolucionário na passagem da antiga para a nova ordem social. Só assim a Revolução teria êxito, ou seja, se chegasse a uma sociedade libertária sem nenhum tipo de ação autoritária. Mas como isso poderia se dar dentro de uma sociedade capitalista que enquadra os indivíduos em sua lógica genuinamente opressora e competitiva? É exatamente nesse ponto que mais se releva a articulação entre educação e processo de transformação social. Por tal motivo, a educação mereceu atenção especial dos mais conhecidos teóricos do anarquismo. Na perspectiva desses, o processo revolucionário, ou seja, o processo pelo qual se conquista a liberdade, não poderia se dar a não ser por meio da própria liberdade do indivíduo ao optar pela revolução. E assim chegamos à síntese desse ideal: o caminho da liberdade é a própria liberdade.

Como vimos nos capítulos anteriores, o processo da educação libertária, pedagogicamente falando, deveria se dar de forma livre, permitindo a cada educando o acesso às possibilidades de entendimento da sociedade capitalista, através do qual se chegaria ao desejo de sua transformação em uma sociedade libertária. Para que tal entendimento fosse possível, era necessário proporcionar a difusão do saber, que se encontrava, então, apoderado pelas classes dominantes, de modo a garantir a conservação da ordem estabelecida. Veremos agora de que maneira os esforços dos editores da *Revista Liberal* contribuíram para esse processo de difusão do saber, como uma forma de emancipação social, política e cultural.

Já vimos que, no contexto em que se insere a *Revista*, as teorias científicas europeias encontraram grande respaldo no movimento operário, sendo responsável por parte do entendimento de como deveria se transformar a sociedade: através da compreensão racional dos mecanismos de dominação e das leis da evolução social. Dessa forma, os discursos difundidos pela *Revista* afirmavam se pautar na razão e na ciência como meios de se chegar à apropriação dos saberes que foram expropriados da classe trabalhadora e, assim, discernir entre a justiça e a injustiça sociais. Por exemplo:

“A educação, imprescindivelmente fundada na ciência, deve criar individualidades. Deve gerar e desenvolver em cada indivíduo uma consciência física e social, de modo que ela saiba, possa e queira exercer todas as suas atividades e funções, quer econômicas, afetivas ou familiares, quer científicas, morais, jurídicas e políticas. A educação tende, portanto, a criar seres íntegros e emancipados e não mutilados e vencidos. Ela alargará, cada vez mais, o mundo dos libertos e restringirá o dos escravos. Ensinará a cada qual a usar como puder suas energias e faculdades e a exigir o que necessitar. E, como última consequência, levará o indivíduo, inspirado no princípio da Solidariedade, a atuar diretamente na vida social, e a prescindir cada vez mais e mais de intermediários e de regimes autoritários. A evolução da humanidade assim nos prova.”<sup>115</sup>

O trecho nos apresenta o prisma pelo qual se vislumbrou a educação e a ciência. Como já vimos afirmando, na concepção libertária a emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras só seria possível se partisse de seu próprio interesse. Para que esses indivíduos se tornassem “íntegros e emancipados” e chegassem ao desejo de transformação social, era necessário compreender o funcionamento da sociedade capitalista dividida entre exploradores e explorados. Nesse sentido, a *Revista* atuou de forma a levar aos leitores e leitoras instrumentos que auxiliassem essa compreensão. Mesmo aqueles que não pudessem frequentar as escolas livres, poderiam encontrar nas suas páginas uma forma de se instruir e se instrumentalizar na luta contra a opressão, evidentemente, através da perspectiva anarquista, ou seja, idealizando e apontando o caminho para a Revolução Social, como sugerido no texto a seguir:

“(…) os elementos de reação, a queda da Bastilha, a derrocada de um Estado, bem como a abolição da propriedade privada e a supressão de muitas instituições sociais, estão longe de ser a revolução. Estes episódios teatrais, por [ilegível] indispensáveis e importantes que o sejam, não são mais que as cenas ilustradas, os fenômenos preparatórios e iniciais da revolução (...). A verdadeira revolução, a revolução positiva é a que se espera, a partir desse momento, na mentalidade das massas, na estrutura jurídica da sociedade, nas normas dos costumes, da moral, da vida (...). Trabalhar menos e comer mais, conforme as modestas aspirações dos sindicalistas, é

---

<sup>115</sup> REVISTA LIBERAL, maio de 1923, p. 17.

alguma coisa, é certo: não é tudo, porém, nem o melhor que se precisa para restaurar a vida do indivíduo e da sociedade (...). Com a propriedade que depauperava e o proprietário que explora, deve desaparecer o Estado capitalista que oprime, o militarismo que flagela e [ilegível], o privilégio econômico e político sob todos os seus múltiplos aspectos (...). Conquistada, assim, mediante a comunhão dos bens e o gozo do fruto integral do trabalho, a independência econômica e um relativo estado de felicidade, a de se unir as forças intelectuais e recursos científicos para a solução dos problemas da mais alta transcendência social. (...). A revolução não pode seguir seu curso, nem atingir seus objetivos sem projetar nas consciências e a margem de sua interminável trajetória toda a luz do saber e da ciência. (...). A religião, a moral, o ensino, as artes, a ciência mesma, a história, tudo há de ser renovado, uma vez que tudo isso está baseado em princípios absurdos e falsos. (...). Quantas coisas a refletir! Os sistemas de trabalho, de aprovisionamento, de moradia: o cérebro, o estomago e o sangue da humanidade! A sociedade inteira está afetada em um sem números de males que a deterioram e a matam (...).”<sup>116</sup>

É importante salientar que a educação anarquista nunca foi concebida como o único caminho para se chegar à Revolução, mas sim como um dos mecanismos de luta visando à superação das condições de exploração que sustentam a sociedade capitalista. Visto que o saber é parte constituinte dessas condições, no sentido de que saber é poder, a realização dessa educação objetivava modificar tal relação saber/poder, no sentido de minimizar (ou mesmo diluir) a concentração desse poder, preparando o indivíduo para a vivência plena de sua liberdade em meio à liberdade dos demais.

Ainda no sentido de entender a maneira como o discurso da *Revista* projeta a emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras através da formação de sujeitos críticos de sua condição, analisemos alguns textos de análise social; entre eles, chamamos especial atenção para um de Cecílio Villar,<sup>117</sup> publicado na homenagem que o periódico fez ao militante. Trata-se de artigo erudito, que buscou diagnosticar a situação social vigente e ensejou uma sociedade solidária e fraterna na busca da liberdade. Esta sociedade idealizada, que não foi vista como utópica, mas sim como próxima, seria, então, a sociedade anárquica. Otimista, o autor estava convencido de que a luta social triunfaria em breve, escrevendo isso durante a I Guerra Mundial. Vendo a sociedade militarizada e aterrorizada com tal situação, acreditava que o povo se levantaria contra tal situação e que o inimigo não seria percebido mais como “o de fora”, a nação rival, mas sim como “o de dentro”, a sociedade capitalista. Em meio a este texto mais reflexivo, encontramos um apelo de Villar aos trabalhadores e trabalhadoras para que se preocupem com a educação de seus filhos, pois isso era extremamente necessário para se alcançar a condição social desejada:

---

<sup>116</sup> REVISTA LIBERAL, junho de 1922, pp. 12 e 13.

<sup>117</sup> Cecílio Villar era o pseudônimo de Henrique Martins, militante anarquista que esteve ao lado de Polydoro Santos na Sociedade Pró-Ensino Racionalista e na fundação da Escola Moderna de Porto Alegre. Faleceu em novembro de 1918, vítima de gripe espanhola.

“Pais – e mães principalmente – vos que amais, que adorais vossos filhos, livrai-os da escravidão intelectual em que durante séculos jaz a humanidade. Associais vossos esforços junto aos nossos nessa obra de emancipação, única que conduzirá cada dia mais o mundo até um porvir melhor; que a encaminhará incessantemente a um conhecimento mais amplo da verdade, da grandeza incomparável e bondade ilimitada. Separemos nossos filhos do ambiente de trevas e da fealdade em que temos vivido. Libertemos as crianças que libertaremos a nós mesmos. Desbravemos (lhes) as sendas da vida. Conduzamo-las até a luz, até o reino da beleza!”<sup>118</sup>

Os textos de Villar estão de acordo ao que chamamos de eixos de ação anarquista; relembremos: o questionamento da ordem social existente; o projeto de uma nova ordem social e o processo capaz de fundar essa nova ordem social. Assim, o autor, inicialmente, diagnostica a ordem social, pois só assim seria possível questioná-la; em seguida, enseja, propõe outra forma de organização social que é o anarquismo e, finalmente, demonstra qual o caminho capaz de realizar a revolução: a educação das próximas gerações, justificada como a única forma de desenvolver outra sociedade.

Ainda nessa linha, encontramos, nas páginas seguintes do mesmo número da Revista, uma ode à razão, presente também em praticamente todos os números, como a única capaz de fazer o ser humano discernir entre o bem e o mal, entre a justiça e a injustiça; afinal, a razão implantaria o domínio da verdade e da justiça. Frente a isso, Proudhon já afirmava que “quanto mais ignorante for o homem, mais obediente ele é, sua confiança é mais absoluta no seu guia”.<sup>119</sup> Dessa maneira, se entendia que era pela luz da razão, adquirida através da educação, que se poderia levantar contra o domínio instituído. Entendendo o saber enquanto monopólio da classe dominante, ele sustentava o poder exercido por ela: o conhecimento científico e tecnológico auxiliava o desenvolvimento da indústria, assim como mantinha na mão dos proprietários o conhecimento do processo produtivo. Assim, para não haver mais desigualdades, este saber deveria ser distribuído para toda a sociedade, igualmente.

Como se vê, o discurso da *Revista* objetivou tornar-se verdade, uma verdade que tornaria a humanidade livre, justa e igualitária. Assim propuseram os editores da revista: que, através da razão, se encontrasse o caminho do saber e da apropriação desse saber, o qual tornaria mais forte o trabalhador na luta contra a opressão, pois, segundo o discurso defendido, o intelecto era a maior arma que o trabalhador poderia ter.

Ao considerarmos, como temos feito, a equação elaborada por Foucault de que saber é poder, percebemos nos discursos da *Revista* um movimento de contra-poder, que assume seu

---

<sup>118</sup> REVISTA LIBERAL, novembro de 1921, pp. 05 e 06.

<sup>119</sup> WOODCOCK, 1977, p. 60.

papel de resistência dentro do campo do saber. Se saber é poder, a difusão do primeiro acarretaria, necessariamente, a distribuição do último. Portanto, compreendendo que as relações de poder permeiam a sociedade, onde existem pontos de maior concentração de poder, a difusão do saber tenderia a diminuir essa concentração. Entender que poder é saber significa compreender que poder produz saber, ao mesmo tempo em que sustenta o primeiro.<sup>120</sup> Dessa forma encontramos na iniciativa de difusão do saber, através do periódico analisado e suas propostas de ensino, uma estratégia de luta e resistência entre as demais ações do movimento operário sob orientação anarquista.

---

<sup>120</sup> FOUCAULT, apud GALLO, 2004, p.85.



## Considerações finais

O objetivo desta monografia foi tentar entender a atuação da *Revista Liberal* como um dos componentes de luta no movimento operário, assim como sua relação político-cultural com o que chamamos de processo de reorganização do movimento.

A partir da análise feita sobre a conjuntura política e social do Brasil e do Rio Grande do Sul na década de 1920, sobre a forma pela qual o movimento operário atuou entre as tendências políticas em disputa e sobre como agiu a imprensa operária, principalmente a *Revista Liberal*, pudemos compreender um pouco da pretensão dos editores deste periódico, assim como as estratégias por eles utilizadas para sustentar as práticas libertárias no campo educacional, frente a uma conjuntura especialmente adversa à atuação anarquista.

Como vimos, nos anos de 1920, o movimento operário brasileiro sofreu profundas mudanças que marcaram sua história no estado e no país. Politicamente, o RS se encontrava em franca disputa de poder entre os dois partidos políticos dominantes, que culminou na chamada Revolução de 1923. Em função desse episódio, foi lançado um olhar especial, por parte da elite política rio-grandense, em direção ao operariado. Ou seja, além de contar com a conhecida repressão estatal, o movimento operário passou a ser alvo mais intenso de cooptação (embora essa já existisse antes, como constatamos por ocasião da greve de 1917). Percebemos então as facetas do poder do Estado atuando junto à organização operária através de diferentes mecanismos de dominação: não apenas pela violência física, mas também pela “sedução”. Neste contexto de disputa pelo operariado, o surgimento do Partido Comunista, como uma organização disposta a modificar as estratégias de luta do movimento até então empreendidas, priorizando a organização partidária e o centralismo organizacional, foi mais um elemento que mexeu com os trabalhadores organizados. Todos estes fatores contribuíram para a desarticulação do movimento ácrata. A diminuição das greves no estado, assim como o número cada vez menor de sindicatos federados à FORGS, expressaram as deficiências da organização dos trabalhadores, sobretudo dos ligados às concepções libertárias. Diante disso, vimos as tentativas dos militantes anarquistas de rearticular as atividades de luta que vinham arrefecendo diante da conjuntura então colocada.

Figurou-se assim, nesse momento, a necessidade de reafirmar as táticas de luta dos militantes anarquistas para que o movimento operário continuasse seu curso. Entre congressos, atividades comemorativas e palestras voltadas ao operariado, a imprensa operária como um todo e, em particular, a *Revista Liberal*, representou importante tática na empreitada

pela reorganização desse movimento. Como pôde ser percebido, a maior preocupação dos editores da *Revista* foi a de formar militantes críticos e atuantes na sociedade. Através das atas de congressos operários às quais tivemos acesso, vimos que sua maior preocupação foi a de rearticular e reativar o movimento. Dessa forma, o periódico por nós analisado correspondia exatamente às necessidades prementes levantadas nos referidos congressos.

Entendemos, então, a *Revista Liberal* como um componente fundamental das tentativas de rearticulação do movimento operário de orientação anarquista naquele contexto. A preocupação inconteste da publicação com a educação dos trabalhadores, para além de formar apenas militantes, pretendeu formar seres livres que pudessem efetivar a revolução social. Ao considerarmos as perspectivas da educação libertária, desenvolvida por vários autores, percebemos a coerência da ação da *Revista*, tanto ao explicitar a importância do processo educativo para a emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras, quanto ao instrumentalizar a classe operária na luta pela superação dos mecanismos de dominação. Assim, nunca perdendo de vista o objetivo geral do movimento anarquista, a revolução social, a promoção da educação para o operariado cumpria papel estratégico em sua metodologia de luta.

Aprendemos que este periódico representou o que chamamos de contra-poder, ou seja, atuou como um foco de resistência nas relações de poder então estabelecidas pela sociedade capitalista. Se, dentro da equação saber é poder, é certo afirmar que a monopolização do saber pela classe dominante a coloca em condição hegemônica, também é correto dizer que a difusão desse saber provoca a dissolução desse poder. Entendemos a atuação do periódico no sentido de revelar essa equação, assim como no de prover ferramentas capazes de fazer com que o próprio trabalhador fosse ativo nesse processo de disseminação das “luzes da razão e da ciência”.

As práticas libertárias no campo educacional foram, então, sustentadas pela *Revista Liberal* pelo menos em dois eixos: a promoção do ensino racionalista, que culminou com a refundação da *Sociedade Pró-Ensino Racionalista* e a reabertura da *Escola Moderna*; e a formação político-pedagógica através das páginas do próprio periódico, com a publicação de textos científicos e reflexivos de análise social.

A presente pesquisa não pretendeu esgotar as possibilidades de análise da *Revista Liberal*. Ao contrário, ao explorar um pouco da riqueza que ela apresenta como fonte para a história do movimento operário e do anarquismo em Porto Alegre, buscou, sobretudo, mais expor indicações analíticas do que concluir definitivamente algo sobre o periódico.

## Fontes e Bibliografia

### Fonte

*Revista Liberal*. Porto Alegre, 1921-1923 (Acervo do Núcleo de Pesquisa Histórica da UFRGS).

### Bibliografia

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação e da Pedagogia Geral e Brasil*. São Paulo: Moderna, 2006.

ARAVANIS, Evangelia. *Leituras, edições e circulações de impressos na Porto Alegre de 1906 a 1911: uma análise a partir do periódico A luta*. Porto Alegre: Ed. Unisinos, vol. 6, nº 6, 2002 p. 263 – 284.

\_\_\_\_\_. *Uma utopia anarquista: o projeto social dos anarquistas do periódico A LUTA e o seu desejo de mudar o rumo da História em Porto Alegre (1906-1907)*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História). Programa de pós graduação em História. UFRGS, 1997.

BATALHA, Claudio H.M. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

BILHÃO, Isabel. *Rivalidades e solidariedades no movimento operário (Porto Alegre 1906-1911)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

CORRÊA, Norma Elisabeth Pereira. *Os libertários e a educação no Rio Grande do Sul (1895-1926)*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação). Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. UFRGS, 1987.

ELMIR, Claudio Pereira. *As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica*. Cadernos do PPG em História (UFRGS), Porto Alegre, v. 11, p. 19-29. 1995.

FERREIRA, Maria Nazareth. *Imprensa operária no Brasil*. São Paulo: Ed. Ática, 1988.

FOUCALT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GALLO, Silvio. *Pedagogia do risco*. Campinas: Ed. Papirus, 1995.

\_\_\_\_\_. *Educação anarquista: um paradigma para hoje*. Piracicaba: Ed. UNIMEP, 1995.

\_\_\_\_\_. *Repensar a educação: Foucault*. Educação e Realidade. Porto Alegre: v. 29, nº1, p. 79-99, jan/jun 2004.

\_\_\_\_\_; MORAES, José Damiro de. *Anarquismo e Educação. A educação libertária na Primeira República*. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (org). História e memórias da educação no Brasil. Rio de Janeiro. Vozes, 2005.

GERTZ, René E. *Memórias de um imigrante anarquista*. Porto Alegre: EST, 1989.

\_\_\_\_\_. *Um jornal anarquista em Porto Alegre: Der Freie Arbeiter*. Veritas. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 35, nº140, p. 606-617.

GUARDIA, Francisco Ferrer. *La Escuela Moderna. Póstuma explicación y alcance de la enseñanza racionalista*. Barcelona: Trusquets Editor, 1976.

KASSICK, Clovis Nicanor & KASSICK, Neiva Beron. *Pedagogia libertária na História da Educação Brasileira*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.

LIPIANSKY, Edmond-Marc. *A Pedagogia Libertária*. São Paulo: Editora Imaginário, 1999.

LONER, Beatriz Ana. *A história operária no Rio Grande do Sul*. Ed. Unisinos, nº especial, pg. 53-79, 2001.

LUCA, Tânia Regina. *Fontes Impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassenezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo; Contexto, 2005.

LUIZETTO, Flavio. *Cultura e educação libertária no Brasil no início do século XX*. Educação e sociedade, nº 12, pg. 61-78, São Paulo. Cortez Editora, 1982.

MARÇAL, João Batista. *Os anarquistas no Rio Grande do Sul; anotações biográficas, textos e fotos de velhos militantes da causa operária*. Porto Alegre: EU/Porto Alegre, 1995.

MORIYÓN, F. G. *Educação libertária/ Bakunin e outro*; trad. Por José Claudio de Almeida Abreu. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

NETO-VEIGA, Alfredo. *Foucault e a educação*. Belo Horizonte: Autentica, 2004.

OLIVEIRA, Juliana Matosinho de. *Embates pela educação: as iniciativas libertárias de ensino e o Estado na primeira república em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul*. 57f. Trabalho de conclusão de curso. Departamento de História. UFRGS, 2009.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1931)*. Porto Alegre. Ed Universidade, 1992.

\_\_\_\_\_. *O Anarquismo no Rio Grande do Sul na Primeira República*. Porto Alegre. R. IFCH, v. 15, 1991/1992.

\_\_\_\_\_. *Da ação direta à disciplina do partido: percursos do movimento operário gaúcho nos anos 20*. Relatório de Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPQ- Junho De 2000. Texto não publicado.

\_\_\_\_\_. *“Que a união operária seja nossa pátria”*: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria/ Porto Alegre. Editoraufsm/ Ed. Universidade, 2001.

RAGO, Luzia Margareth. *As marcas da pantera: Michel Foucault na historiografia brasileira contemporânea*. Anos 90, v. 1, nº1. Maio de 1993, PPG em História da UFRGS.

\_\_\_\_\_. *Libertar a História*. In. VEIGA-NETO, Alfredo (org.) *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2005.

SAFÓN, Ramón. *O racionalismo combatente*. Francisco Ferrer y Guardia. São Paulo: Ed. Imaginário, 2003.

SCHMIDT, Benito Bisso. *O Deus do progresso: a difusão do cientificismo no movimento operário gaúcho da I República*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21, nº 41, p. 113-126. 2001.

TESSELER, Fani Averbuh. *Estado e Educação no Rio Grande Republicano: modernidade, política e cidadania*. Ciências & Letras. Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação Ciências e Letras. Porto Alegre, n.41, p. 255-269, jan/jun. 2007.

TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

WOODCOCK, George. *Os Grandes Escritos Anarquistas*. Porto Alengre: L&PM editores, 1977.